

ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO IV – nº 29 – maio e junho de 2010

LATUFF 2010



GREVE | Cobertura completa do movimento grevista no Judiciário Federal do Rio

PNDH3 E LEI DA ANISTIA | Conservadores e mídia antiga vencem mais uma batalha

ELEIÇÕES 2010 | Centrais sindicais ensaiam aliança inédita em torno de uma candidatura à Presidência

STF

POSEAD

Educação a Distância

Pós-Graduação 100% a distância

Garanta sua vaga com quem oferece mais de 90 cursos para você escolher

Aliando a já reconhecida excelência acadêmica à flexibilidade da educação a distância, o POSEAD promove educação de qualidade com metodologias inovadoras e reúne em seu corpo docente professores respeitados nas áreas acadêmica e profissional.

FGF

Cursos de Pós-Graduação
lato sensu a distância
nas áreas de:

- Administração Pública
- Direito
- Licitações e Contratos
- Contabilidade
- MBA's
- E muito mais!

Parcelas a partir de
R\$142,00 por mês

CONVÊNIO:

SISEJUFÉ
sisejufe.org.br

(21) 2233-6801
www.posead.com.br

CURSOS AUTORIZADOS PELO MEC PORTARIAS Nº 2.143/2004 DE 16/07/2004 E 683.2006 DE 16/03/2006

Educação como VOCÊ nunca viu!

Estou em Greve

Depoimentos de servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro que estão há dois meses em greve pela revisão salarial e contra o congelamento dos investimentos no setor público por uma década.

Página 4

Editorial

Diante das tentativas oficiais de restringir a livre organização sindical, o Sisejufe se levanta em defesa da greve – um direito fundamental e inalienável da classe trabalhadora.

Página 5

Greve

O mês de junho foi marcado por intensa mobilização dos ativistas de greve, atos públicos, cafés da manhã no piquete e até um “arraiaí” improvisado em plena JF da Rio Branco. Grandes atos públicos também deram o tom da luta coletiva e da indignação da categoria com o andamento *troppolento* das negociações em Brasília para um acordo orçamentário.

Páginas 6 a 9

Revisão Salarial

As últimas notícias sobre as negociações em Brasília, antes do fechamento desta edição. No dia 7 de julho, houve nova reunião da Fenajufe com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Um dia depois, o Comando Nacional de Greve se reuniu com o presidente em exercício do Supremo, Ayres Britto, e entregou documento em que cobra do Judiciário postura firme na defesa de seus servidores.

Páginas 10 e 11

Opinião

O analista judiciário Mário César Pacheco critica a Emenda Ibsen e afirma que, com ela, o petróleo passaria de redefinição econômica a fator de desgraça social.

Página 12

Oficina Literária

Nossa colaboradora Marlene Lima volta à Ideias em Revista com um miniconto surpreendente.

Página 13

Plano de Carreira

Analistas vs. técnicos e vice-versa. A especialista em Carreira e Gestão Pública Vera Miranda debate os riscos da fragmentação corporativa dentro do Judiciário Federal.

Páginas 14 e 15

Igualdade Racial

Apresentamos duas opiniões sobre as mudanças aprovadas no Estatuto da Igualdade Racial, no Senado. A secretária de combate ao racismo da CUT acusa a “elite branca e racista” organizada, segunda ela, em torno do senador Demóstenes Torres. Já nossa diretora sindical Cristina Paiva analisa o que chama de “racismo velado utilizado como arma ideológica” no Brasil.

Páginas 16 e 17

Notas Jurídicas

Uma nova vitória jurídica do sindicato e as principais ações judiciais e requerimentos administrativos do Sisejufe em defesa de seus filiados.

Página 18

Cultura

O cantor e compositor Lucio Sanfilippo publica a última parte de sua trilogia sobre a música no Rio. No artigo, Lucio relaciona as datas e os nomes que fizeram de Santa Teresa e da Lapa referências do samba.

Página 19

**Movimento Sindical**

Pela primeira na vez na história, pode se efetivar uma ampla aliança da classe trabalhadora organizada: as centrais sindicais estão articuladas na defesa da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência.

Páginas 20 a 22

Eleições 2010

Ideias em Revista acompanhou encontro de Dilma Rousseff com artistas e intelectuais no Rio de Janeiro em que ela expôs seus pontos de vista sobre o Brasil e os desafios de um futuro governo.

Página 23

Deficientes

Nosso colaborador Max Leone conta a história da professora cega que passou em concurso para Prefeitura de Campo Grande (MS) mas não consegue ser empossada. O caso é comentado pelo diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe.

Páginas 24 e 25

Mulheres

O Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe promoveu um debate sobre as mulheres e o mundo do trabalho, com a participação da economista Hildete Pereira de Melo, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Páginas 26 e 27

Nacional

Com ponto e contraponto, um panorama do debate sobre a construção da Usina de Belo Monte, no Pará – que será a terceira maior hidrelétrica do mundo.

Páginas 28 e 29

Internacional

O jornalista de origem judaica Mário Augusto Jakobskind analisa o bloqueio israelense à Gaza e diz que Israel ultrapassou todos os limites ao atacar a flotilha humanitária que levava mantimentos para os palestinos.

Páginas 30 e 31

Direitos Humanos

Com artigos do escritor Venício Lima e do professor de sociologia Gilson Caroni Filho, uma análise do retrocesso brasileiro na área dos Direitos Humanos em dois episódios emblemáticos: a manutenção da Lei da Anistia pelo Supremo e o desmantelamento, a partir de pressões da mídia e dos conservadores, do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos.

Páginas 32 e 33

Copa do Mundo

Os jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá contam, de São Paulo, como anda (ou andava) a histeria coletiva de consumo relacionada à realização da Copa do Mundo de Futebol.

Páginas 34 e 35

Fulgêncio

Nosso colaborador, humorista nas horas vagas – que são quase todas, afinal – descreve correspondência que recebeu e em que sugerem que o TRT passe a se chamar TRP – Tribunal Regional do Patrão.

Página 36

Justiça do Trabalho

Presidente do TRT da 1ª Região sustenta ato de perseguição a servidores grevistas.

Página 37

Latuff

Pouco antes da Copa, Lula fez um gol contra a guerra... mas o bandeirinha dos EUA viu outra coisa.

Página 38

ESTOU EM GREVE!



imprensa@sisejufe.org.br

Foto: Tatiana Lima



“Participo de todo os atos, pois acho extremamente importante. Estou fazendo a greve na medida do possível. Se não houver essa greve nosso plano de cargos e salários não vai para frente. O governo só vai dar alguma coisa em troca se houver greve. Sem greve não conseguimos nada. Estamos nos últimos dias de luta – é a reta final. Agora é greve mesmo e todos devem participar.”

Sandra Helena Dias de Freitas
Técnica Judiciária
8ª Vara Criminal – JF Venezuela

Foto: Henri Figueiredo



“Nossa luta é por 54,6% de aumento do nosso vencimento. Se esse plano não for pra frente vamos ficar mais tempo preso às gratificações. Também vamos lembrar que o destino do nosso plano depende da luta de todos que estão em greve desde 6 de maio. E com todas as dificuldades impostas pelas Administrações e pelos colegas fura-greve que não participam mas querem receber o aumento como todo mundo. Quero também fazer a denúncia da Administração do TRT da 1ª Região que vem sistematicamente perseguindo os companheiros que estão fazendo greve. Tivemos diretor de foro mandando e-mail para diretor de secre-

taria pedindo pra cortar ponto – e a greve se manteve. Tivemos a Ordem de Serviço 01, que constituiu uma comissão dedo-duro – a greve se manteve. Tivemos, em 1º de junho, o maior ato daquele TRT, 500 pessoas num universo de 700 e, no dia seguinte, a vice-presidente colocou na intranet um pedido para que diretor de secretaria observasse o Ato 258 do IST. Mesmo assim estamos aqui com vocês manifestando nossa solidariedade em defesa do nosso aumento e da liberdade sindical! E em defesa da nossa própria liberdade!”

David Cordeiro
Analista Judiciário – TRT



Foto: Henri Figueiredo

“Embora eu não queira fazer greve nunca, quando é preciso eu gosto de fazer greve sim! Na greve eu mostro a força do meu trabalho e que sou digno e tenho autonomia e liberdade frente ao meu patrão. Mostro que não há juiz que ponha o dedo na minha cara e diga que não posso fazer greve. Pode cortar o ponto, que eu vou fazer greve – e já tive ponto cortado, perdi referências... Mais do que o ponto cortado é o aumento salarial depois. E eu quero fazer a defesa desta entidade sindical – o Sisejufe – que prova mais uma vez que não deixa os trabalhadores na mão e mesmo quando a categoria recuou, não desistiu da categoria e continuou na porta fazendo piquete, fazendo arrastão para trazer pessoas para a

greve. Isso é um sindicato avançado na luta. Nesta greve mostramos, mais uma vez, que somos independentes e não atrelados à Brasília. Antigamente, Brasília ia pra greve e a gente ia junto. Desta vez, no dia 6 de maio, Brasília não foi pra greve e a gente estava aqui, iniciando o movimento grevista. Fomos vanguarda. E não dependemos do governo Lula – apenas não fazemos o discurso “terra arrasada” dizendo que o atual governo é a mesma coisa que o governo de FHC. Mas se tivermos que fazer greve 60, 90, 150, 200 dias durante o governo Lula em favor do nosso reajuste, não importa, faremos!”

Roberto Ponciano
Técnico Judiciário – Justiça Federal

“Não podemos deixar nosso salário ficar defasado como já aconteceu. Eu ainda não era servidor da Justiça Federal, mas é um absurdo o que se pagava à categoria naquela época. Entrei em 2001, quando a situação não era tão grave, mesmo assim o salário ainda era baixo. Então, temos que ter esse cuidado com o nosso futuro. Se não lutarmos pelo reajuste, não haverá revisão nenhuma e prejudicará a todos”.



Foto: Tatiana Lima

Vinícius Bigio Mesquita – Técnico Judiciário – TRE



Foto: Henri Figueiredo

“Trabalho na Zona Eleitoral 173, em Vila Isabel, e vou iniciar dizendo que governos que estabelecem e implementam obstáculos para aumento dos trabalhadores são governos que não têm compromisso com os trabalhadores. Governos que apresentam projetos como o 549 não representam os trabalhadores. É preciso dizer aqui que governos que articulam a AGU para tornar nossas greves ilegais, como faz esse governo, não são governos que represen-

tam o interesse dos trabalhadores. Vamos ficar bastante alertas ao que vai ser negociado, porque até o momento a única posição do governo Lula em relação ao PCS foi transformar em subsídio e parcelar em 5 anos. Não podemos aceitar, queremos o aumento sim, queremos revisão mas não vamos aceitar proposta que rebaixe nossa tabela e rebaixe nosso salário.”

Marcos Valério Raposo
Técnico Judiciário – TRE

Francisco, forró e frevo

Para desopilar das semanas de intensa mobilização grevista no Rio, o Sisejufe promove o 17º Botequim – Especial Festa Julina. Nesta edição, o já tradicional ambiente de confraternização dos servidores sindicalizados do Judiciário Federal terá uma atração diferenciada: Chico César, no show “Francisco, forró e frevo” – mesmo nome de seu mais recente disco.

A festa acontece na sexta-feira, 9 de julho, a partir das 20h, no Club Municipal (Av. Haddock Lobo, 359 – Tijuca, próximo ao Metrô Afonso Pena). O evento é dirigido aos filiados ao Sisejufe e estes têm direito a comprar até dois ingressos – tudo para que o maior número de sindicalizados possa participar da festa. No ingresso, de apenas R\$ 20, está incluso o buffet e as bebidas.

Conforme foi amplamente divulgado na portal de internet do sindicato, no início de julho, funcionários do Sisejufe percorreram todos os locais de trabalho do Judiciário Federal no Rio para vender ingressos. Os convites também são vendidos na própria sede sindical. Acompanhe no jornal Contraponto, de julho, a cobertura completa deste espetáculo.



Editorial

O Estado, de maneira sorrateira, teima em negar este direito

A greve é um direito fundamental e inalienável

Foto: Henri Figueiredo



TRT da Lavradio: ato público em 1º de junho foi o maior da história dos movimentos grevistas naquele foro

O Estado Democrático de Direito não nos foi dado de presente. Foi uma conquista, fruto de muitas lutas, na qual homens e mulheres deram suas vidas para que hoje vivêssemos com garantias fundamentais e inegociáveis. O direito ao processo legal público e com contraditório; a inviolabilidade de domicílio; o respeito ao ato jurídico perfeito; ao direito adquirido e à coisa julgada; a liberdade de expressão, reunião e organização – todos alicerces de uma sociedade democrática e que foram plantados após muita luta política.

A greve se insere como alicerce inexorável no direito de livre organização e expressão dos trabalhadores e é admitida pacificamente no Direito Interna-

cional, nos tratados livremente assinados pelas nações e mediados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todavia, o Estado Brasileiro, de maneira sorrateira, teima em negar este direito inegociável, a greve, cerceando aos trabalhadores o direito a se organizarem e a negociarem livremente com os seus patrões e também judicializando a retirada de direitos fundamentais.

Os seguidos interditos proibitórios julgados pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho, os julgamentos coibitivos de greve dos servidores públicos que estão sendo feitos pelo Superior Tribunal de Justiça, os projetos de lei de restrição à greve patrocinados pela bancada

conservadora no Congresso Nacional, caminham todos no mesmo sentido: restringir um direito inalienável e torná-lo impossível de ser exercido ao manietar a possibilidade dos trabalhadores em sua livre organização e manifestação.

Diante disto, fica nosso repúdio pelas tentativas dos tribunais e dos governos, nas várias esferas, ao tentar intimidar e desmobilizar os servidores. A organização dos trabalhadores tem de ser decidida, e o será, pelos próprios. Continuaremos a organizar nossas greves à revelia de tais intimidações e estamos dispostos a denunciar o Estado Brasileiro e os tribunais do país se insistirem no atual desrespeito a um direito fundamental e constitucional.



SISEJUF

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **ESTAGIÁRIA:** Tatiana Lima
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Junho é marcado por manifestações, atos e “Arraiá do Piquete de Greve”

O mês de junho foi marcado por mobilização, assembleias, atos e o “Arraiá do Piquete de Greve” promovidos pelos servidores do Judiciário Federal no Rio. Seguindo orientação do Comando Nacional de Greve, em pleno mês de Copa do Mundo, funcionários de vários foros e a direção do Sisejufe mantiveram a determinação na luta pela aprovação do PL 6.613/2009 e contra o PLP 549/2009, que congela por 10 anos os vencimentos dos servidores públicos federais no Congresso. Nos atos realizados na Justiça Federal, na avenida Venezuela, em 16 de junho, e no Tribunal Regional Federal (TRF), no dia 23, mais de 200 pessoas participaram das manifestações em cada dia.

No dia 15 de junho, um Café com Greve na porta da Rio Branco, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Presidente Wilson e do TRF antecedeu a vitória da Seleção Brasileira por 2 a 1, frente à Coreia do Norte, na estreia na competição pelo Grupo G. Os servidores aproveitaram a mesa farta, com frutas, bolos, sanduíches, biscoitos doces, café e suco de laranja. Foi um momento para relaxar as tensões e as pressões das semanas anteriores. A iniciativa do Sisejufe visava a confraternização dos servidores, que bravamente estão há cerca de dois meses em greve.

“A iniciativa foi excelente”, declarou a técnica judiciária Maria Inês Rabaça de Moura, da SJRJ na avenida Rio Branco, enquanto provava um cafezinho bem quente para espantar o frio.

Em 16 de junho, as cornetas típicas da Copa do Mundo da África do Sul soaram alto em frente ao prédio da Justiça Federal da Avenida Venezuela, com o intuito de chamar a atenção



Fotos: Tatiana Lima



Piquete teve comidas típicas, salgadinho, refrigerantes, forró e, claro, bandeirinhas nas cores verde e amarelo – afinal a época era de festa junina e também de Copa do Mundo. Teve até dupla caipira: vestidas à caráter, as servidoras Celina Alencar e Márcia Andrea Maranhão (no alto), encarnaram a dupla “Moção e Tonhão”.

para a luta grevista da categoria. O ato público contou com 200 grevistas, que promoveram um grande “apitação” para reivindicar o reajuste de 54,6%. No mesmo dia, pela manhã, em Brasília, o PL 6.613 fora aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), mas sem um acordo financeiro fechado entre o STF e o Ministério do Planejamento.

Para o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, o momento é de reforçar a greve porque faltam poucos dias para o Congresso entrar em recesso. “Acabou o papo de que é difícil ou que tem pouca gente no local de trabalho. Tem que parar. Atrasa o serviço, mas para. Vamos garantir a aprovação do PCS. Podemos colocar o trabalho em dia depois da greve com energia renovada e nosso reajuste aprovado. A hora da decisão é agora”, enfatizou ele.

Durante o ato, os servidores do Foro da Venezuela se solidarizaram com os colegas do TRE e do TRT que estão sofrendo restrições ao direito a greve.

No dia 18 de junho, os servidores da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) da avenida Rio Branco encontraram uma maneira divertida de mobilizar a categoria e reivindicar a aprovação do PL 6.613. Montaram o “Arraiá do Piquete de Greve”, com direito a comidas típicas, salgadinho, refrigerantes, forró e, claro, bandeirinhas nas cores verde e amarelo – afinal a época é de festa junina e também de Copa do Mundo. “A ideia foi de todos. Estamos na luta, não estamos? Então, tem que partir para a guerra, mas de forma criativa. Os companheiros ficam animados e aquece o movimento de greve”, contou a técnica

“Acabou o papo de que é difícil ou que tem pouca gente no local de trabalho. Tem que parar. Atrasa o serviço, mas para. Vamos garantir a aprovação do PCS. Podemos colocar o trabalho em dia depois da greve com energia renovada e nosso reajuste aprovado. A hora da decisão é agora.”

Ricardo de Azevedo Soares

judiciária Marli Ferreira Gomes, que trabalha no setor de Protocolo Administrativo da SJRJ e é servidora há 20 anos.

Servidores e sindicato montaram uma mesa de quitutes de dar inveja. Tinha um “cadinho” de várias delícias como canjica, bolo de milho e fubá, amendoim, cocada, doce de batata doce e abóbora, paçoca, salgadinho, suco e refrigerante. Teve até dupla caipira. Vestidas à caráter, as servidoras Celina Alencar e Márzia Andrea Maranhão, encarnaram a dupla “Mozão e Tonhão”.

“É uma forma de integrar mais os servidores e também de celebrar a nossa união, a luta, a nossa unidade sindical e o movimento de greve. Não só como servidores, mas principalmente como companheiros”, explicou a técnica judiciária Celina Alencar (Mozão).

O “Arraiá do Piquete de Greve” conquistou a simpatia dos servidores. Funcionários do TRE foram prestigiar o Arraiá da turma da SJRJ. Após confraternização, ocorreu assembleia unificada que e decidiu permanecer em greve por tempo indeterminado.

*Da Redação.



JF da avenida Venezuela: boa participação dos servidores no ato do dia 16 de junho



Ricardo: diretor sindical, lotado na JF Venezuela, fala aos grevistas



Grevistas: mobilização na JF teve a presença de cerca de 200 pessoas



Banda Brasas: grupo ligado ao Sindicato dos Bancários marca presença

Foto: Tatiana Lima



ESTOU EM GREVE!

“Tenho participado todos os dias da greve. Como o protocolo é um setor essencial, os servidores estão fazendo revezamento para garantir os 30% de funcionamento do setor. É muito importante parar as atividades, porque a opinião pública e o governo precisam sentir que os servidores do Judiciário estão parados. Assim, eles vão se interessar em aprovar o projeto e vão pensar bem o que pode significar o congelamento dos nossos salários. Eu acredito que sem mobilização não existirá um gesto efetivo para a aprovação do aumento. Enquanto os presidentes do TRF’s e as comissões da Câmara, por onde o projeto tem que passar não sentirem a mobilização dos servidores públicos, principalmente no TRE, já que estamos em ano eleitoral, nosso projeto não vai andar e pode ficar com a iminência da Copa do Mundo, recesso, e eleição, nossa reivindicação pode se perder e não conseguirmos o aumento”.

Hosana Velasco de Souza
Técnica Judiciária,
Setor de Protocolo

Boa mobilização no TRF e no TRE

Fotos: Henri Figueiredo



No dia 23 de junho, 200 servidores fizeram um grande ato público em frente ao prédio do TRF, na rua do Acre. A manifestação contou com a participação de grevistas de outros locais de trabalho do Judiciário Federal no Rio. Mais uma vez, um ato público promovido pelo Sisejufe teve o som da Banda Bragas, do Sindicato dos Bancários do Rio, que animou com clássicos do samba e da MPB os intervalos entre as intervenções políticas ao microfone.

Quase dois meses após o início da greve, os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro não esmoreceram. Uma demonstração disso foi dada protesto realizado na quarta-feira, 30 de junho, às 15h, em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Sede, na avenida Presidente Wilson. O objetivo do ato foi fortalecer as pressões nacionais por uma negociação orçamentária entre o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), que permita a aprovação do reajuste de 54,6% para a categoria.



Discursos e cornetas: não há como não prestar atenção nesta luta



Rua do Acre: ato em frente ao TRF também teve cerca de 200 pessoas

“Vivemos numa sociedade capitalista e a gente percebe claramente que o governo impõe a todos os trabalhadores, não só no Judiciário, as condições que o mercado dita. Isso já vem de outros governos passados. Se nós quisermos realmente a vitória até o dia 15 de julho só uma saída existe: é a gente radicalizar com o movimento, fazer realmente uma greve que pressione o Congresso e o governo federal a negociar.”

Acácio Henrique Aguiar
Técnico judiciário
TRF



“Já tivemos aqui momentos difíceis mas também houve momentos que fomos o Tribunal que mais colocou servidores em seus piquetes – já tivemos, como hoje, mais 200 colegas reunidos. Hoje estamos fazendo uma paralisação, um ato público muito bonito e eu convoco cada um a fazer deste o momento da retomada.”

Mariana Liria
Analista judiciária – TRF



Fotos: Henri Figueiredo



Na manifestação, os funcionários novamente protestaram contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de restringir o direito de greve dos servidores, que após uma liminar precisam garantir 80% do efetivo para atendimento da população. Pela lei de greve, o normal seria de apenas 30%.

Para o diretor sindical Moisés Leite, a permanência da mobilização dos servidores é muito importante. “Depois de quase 60 dias de greve, a categoria continua mobilizada. Isso demonstra que as pessoas estão dispostas a lutar mesmo cansadas. Espero que o acordo para a provação do PCS saia nos próximos dias”, destacou o diretor.

A manifestação de 30 de junho reuniu os servidores do TRE, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) da avenida Rio Branco, do Foro da Venezuela, do Tribunal Regional Federal (TRF) da Rua do Acre e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na Rua do Lavradio.

*Da Redação.



Foto: Tatiana Lima

TRE: revolta e indignação contra restrições ao direito de greve



Moisés Leite: “as pessoas estão dispostas a lutar mesmo cansadas”



Marcelo Neres: diretor sindical discursa aos grevistas no TRF



Foto: Tatiana Lima

ESTOU EM GREVE!

“Estou em greve porque ainda não inventaram uma outra maneira do trabalhador conseguir reajuste salarial. Se houvesse uma forma mais fácil ou cômoda, com certeza nós não estaríamos em greve. Mas o governo não nos deu outra opção. A única maneira do trabalhador conseguir seus direitos junto ao patrão, seja no setor privado ou no público, é fazendo greve. Não existe outra maneira. Quando eu entrei aqui, os servidores ganhavam cerca de dois salários mínimos. Era muito pouco. Só conseguimos um salário digno e justo à medida que fizemos greve. Se nós não aderirmos a essa greve agora, corremos o risco de termos perdas diretas.”

Lourdes Cristina Rigo
Técnica Judiciária
Protocolo SJRJ

Em mais uma reunião com a Fenajufe, governo não apresenta proposta de implementação do PCS

Leonor Costa*

BRASÍLIA – A reunião de quarta-feira, 7 de julho, do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com os coordenadores da Fenajufe Ramiro López, Zé Oliveira, Antônio Melquíades (Melqui), Roberto Policarpo (licenciado), Evilásio Dantas e Jacqueline Albuquerque não chegou a qualquer proposta que seja capaz de garantir a aprovação e a consequente implementação do PL 6.613/2009, que revisa o salário dos servidores do Judiciário Federal. No encontro, que também teve a participação do Advogado Geral da União, Luis Lucena Adams, o ministro manteve a posição, já apresentada nos primeiros dias de julho, aos representantes dos servidores, de que não pode fechar qualquer acordo orçamentário neste momento e que o assunto deve ser submetido à análise do próximo governo, eleito em outubro.

Ao ser questionado pelos coordenadores da Fenajufe a respeito da falta de uma sinalização concreta sobre um prazo limite para as negociações e quanto à intenção de jogar os debates para depois do processo eleitoral, Paulo Bernardo reafirmou que esse entendimento já teria sido informado ao presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e ressaltou a necessidade de um prazo maior para discutir o tema com o governo federal. Diferente do que disse na reunião da semana passada, Paulo Bernardo disse aos coordenadores da Fenajufe que eles têm que negociar é com o Judiciário e não com ele. “Já informamos ao Peluso que a votação só será após as eleições e depois do aval do próximo governo”, disse. O ministro reconheceu que nada avançou da semana passada até hoje, uma vez que ele não conseguiu retomar esse assunto com o presidente Lula.

Os coordenadores da Fenajufe insistiram que, mesmo se a votação do projeto for “jogada” para depois das eleições, neste momento é preciso uma proposta concreta do governo sobre

quais seriam os parâmetros dessas negociações e sugeriram estabelecer como meta de trabalho o final de julho, quando seria apresentada à categoria uma proposta final de implementação do novo PCS. Os dirigentes sindicais, ao rebater a posição intransigente dos dois representantes do governo na rodada de hoje, lembraram que em 2006, quando foi aprovado o atual PCS, também não existia previsão orçamentária, mas o processo de negociação garantiu a finalização de um acordo e o projeto foi sancionado somente depois das eleições, em dezembro de 2006. Eles criticaram o fato de a cúpula do Judiciário “passar a bola para o governo e depois o governo voltar para o Judiciário”, sem firmar qualquer compromisso com os servidores.

Paulo Bernardo rejeitou a proposta dos servidores de estabelecer um calendário de negociações até o final de julho e se limitou a dizer que não tem como resolver nada agora. Ele disse que voltará a conversar com o governo.

*Da Fenajufe.

ESTOU EM GREVE!

“Quero lembrar vocês uma coisa: existe um ditado que diz que é melhor prevenir do que remediar. Eu acho que cabe perfeitamente para agora. Nossos PCS’s anteriores foram conquistados com muita luta e perseverança e se a gente não fizer nada agora, ou seja prevenir, nós não vamos conseguir remediar mais tarde. Por isso eu acho que é chato fazer greve, eu detesto fazer greve, queria estar no meu trabalho mas não tem jeito. Infelizmente a gente tem que fazer greve e correr atrás do prejuízo. As lutas anteriores trouxeram nossos salários para onde estão hoje. Se a gente deixar passar, a gente vai

voltar aos níveis anteriores e aí nós vamos ter muito mais dificuldade em recuperar o tempo perdido. Quem entrou agora talvez não se lembre, mas quem é mais antigo na Justiça Federal pode lembrar que precisávamos complementações para alcançar o salário mínimo. Eu acho que é importante a gente estar reunido, conversando com nossos familiares, amigos, informando a eles que nossa luta é justa.”

Alexandre Bruno
Agente de Segurança
Justiça Federal



Fotos: HF

Ayres Britto se compromete a levar preocupação dos servidores ao presidente do STF Cezar Peluso

Leonor Costa*

BRASÍLIA – Um grupo de servidores, formado pelos coordenadores da Fenajufe Zé Oliveira, Ramiro López, Valter Nogueira, Iracema Pompermayer e Jacqueline Albuquerque e pelo diretor do Sintrajufe-RS Marcelo Ortiz, se reuniu na tarde de 8 de julho com o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto. Na conversa, os dirigentes sindicais apresentaram as críticas dos servidores quanto à postura da cúpula do Judiciário Federal no processo de negociação do PL 6.613/2009 com o Executivo e também cobraram um comprometimento efetivo para uma solução ao impasse apresentado a partir da reunião de ontem com o ministro Paulo Bernardo.

ESTOU EM GREVE! 

“Estou em greve pela reivindicação salarial e porque a greve é uma forma de demonstrar um desconforto e um desagravo pela forma que o servidor público da JF está sendo tratado, seja pelos nossos presidentes dos tribunais ou pelas decisões dos tribunais superiores, ou pela mídia, que pouco fala da nossa greve e quando fala usa expressões como pacote de bondades ou projeto-marajá. O valor do reajuste de 54,6%, abrange cerca de três anos passados sem reajuste e mais dois anos que seria o máximo que gostaríamos que fosse parcelado. Então, é um reajuste relativo a 5 anos. Se você tirar a inflação,

verá que o reajuste é ainda considerável, mas abrange apenas esse período. O projeto inicial era de 84%, porque a defasagem calculada é de 84%, mas caiu para 54,6%. Então, na verdade, se nosso projeto for aprovado já estará defasado em relação ao cálculo anterior. Ou seja, estamos sempre correndo para ter um equilíbrio de um valor que não nos faça perder tanto. Por isso, não considere nosso pleito nenhum exagero.”

Reinaldo Gomes da Silva
Técnico Judiciário
59ª Vara – TRT Lavradio

Os coordenadores da Fenajufe também entregaram um ofício ao ministro Ayres Britto, em que se afirma que “diferente das negociações anteriores dos Planos de Cargos e Salários dos anos de 2002 e 2006, a avaliação dos servidores é que o comprometimento da cúpula do Poder Judiciário na negociação do PL 6.613 ainda não foi o suficiente”. No mesmo documento, a Fenajufe ressalta que “as resistências do Executivo em relação à implementação de melhorias salariais já eram esperadas, mas em defesa da autonomia do Poder esperamos ter uma postura firme do Judiciário na negociação do projeto de revisão salarial e de valorização dos seus servidores e não dar aval à posição do governo de adiar o processo negocial”.

Após ouvir os representantes do Comando Nacional de Greve, o presidente interino do STF disse que acha importante uma política de

valorização dos servidores do quadro do Judiciário Federal e disse concordar, nesse sentido, com a reivindicação da categoria pela revisão salarial. Ele se comprometeu a conversar com o ministro Cezar Peluso – que se encontra na Europa e retorna no final da próxima semana – para apresentar as preocupações dos servidores com o impasse nas negociações com o governo federal. Ele também se comprometeu a conversar com o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, para reforçar o mesmo posicionamento dos servidores.

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, a conversa com Ayres Brito foi positiva, uma vez que o ministro se mostrou receptivo aos argumentos dos servidores e se comprometeu a encaminhar essa questão com a cúpula do Judiciário Federal.

*Da Fenajufe.



Emenda Ibsen cria colônias de extração

Mário César Pacheco*

Fotos: HF

A Emenda Ibsen transforma estados e municípios produtores de entes federados autônomos em colônias de exploração; e o petróleo, de redenção econômica em desgraça social. Isto porque sem compensação para organizar a atividade exploratória e prover estrutura para a população atraída para trabalhar na região produtora, o estado e o município não conseguirão manter a qualidade dos serviços públicos locais nem muito menos crescer. Chega-se ao ponto, em termos finais, de não valer a pena ter petróleo em seu território, pois a região ficará destruída como a antiga cidade de Carajás com sua mina.

A atividade exploratória de petróleo, assim como atividades exploratórias minerais em geral, geram danos e riscos de danos ao meio ambiente e demandas sociais. Isso tem custo e para isso existem os royalties (legalmente intitulados de compensação financeira—o termo *royalties* dá o errado sentido de lucro). Os royalties ainda existem para que o município e estado produtores, objetos de exploração, quando atraem população para trabalhar, não se desorganiza e possam fazer face ao aumento de demanda social por serviços públicos pela população que se instala. Ou seja, há aumento de demanda por moradia, esgoto, saneamento, escolas, hospitais... além disso, a atividade exploratória demanda investimento em portos, estradas, ferrovias, pois senão nem mesmo é viabilizada a atividade exploratória e o escoamento da produção.

Além disso, os royalties foram uma forma de se compensar os estados produtores (RJ, SP, ES, SE e outros quatro) pelo fato de somente a venda de petróleo e



energia elétrica não recolherem ICMS no estado produtor. A exploração de minas de ferro, urânio, nióbio, cobre, fosfato, ouro, prata, todas as demais explorações geram pagamento de ICMS no estado ou município produtor, menos petróleo e energia elétrica (onde houver termelétrica e hidrelétrica). Veja que estes estados que exploram outros minérios recebem ICMS e royalties. E mesmo que fosse só ICMS, o valor, comparado com o percentual que fica no RJ de royalties é muito maior. Os royalties do petróleo são realmente uma compensação.

Para fechar esta ideia, toda a carga tributária normal que recai sobre outra empresa, recai sobre as empresas de petróleo, o que já é renda para o País. Além disso, o ICMS sobre atividade petrolífera só é arrecadado no estado de destino. Neste momento há mais do que participação na riqueza, pois foi tirado do RJ (e demais estados e municípios produtores) o que se dá a outros estados e municípios (os municípios têm participação em recolhimento de ICMS no estado) em função da exploração de todos os outros minérios. E por fim, os royalties, de que se falam, têm 50% destinados à União, 40% ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios e 10% para o estado e municípios produtores. É disto que estão falando e é isto que

“ Os royalties foram uma forma de se compensar os Estados produtores (RJ, SP, ES, SE e outros quatro) pelo fato de somente a venda de petróleo e energia elétrica não recolherem ICMS no Estado produtor. A exploração de minas de ferro, urânio, nióbio, cobre, fosfato, ouro, prata, todas as demais explorações geram pagamento de ICMS no Estado ou Município produtor, menos petróleo e energia elétrica (onde houver termelétrica e hidrelétrica). ”

querem retirar do RJ e demais produtores, uma nesga na riqueza de petróleo gerada pelos produtores.

Para se manter estas Emendas só tem um jeito: novo Pacto Federativo. Para isso, então Minas Gerais que detém 54% do minério de ferro brasileiro, bem do subsolo brasileiro, deveria ter seus royalties repartidos com todos, certo? O nióbio, que serve para foguetes, mísseis e satélites, retirado de Goiás (cidade de Catalão) e Minas (Araxá), também, certo? O urânio de Ceará, Minas Gerais e Bahia, também, certo? Então o que se sugeriria é um novo Pacto Federativo. Com o atual pacto, as Emendas Ibsen e Simon são um crime contra o RJ, ES, Sergipe e São Paulo, etc.

(11 estados produtores e 387 municípios produtores), pois o fundamento de direito para o recebimento existe (Artigo 20 da CF) e a justificativa de fato também (risco exploratório, risco ambiental, asoberbamento de demanda social por aumento de atividade exploratória e por atração de população por emprego). Não adianta gerar emprego se você não tem dinheiro pra organizar a cidade e o estado produtor para a atividade exploratória, mantendo a qualidade de vida da população local, em benefício local, regional e de todo o País.

*Analista Judiciário
2ª JEF – Av. Venezuela.

A posição do Sisejufe e da CUT

A posição da CUT, compartilhada pelo Sisejufe, é pelo sistema de partilha em substituição ao sistema de licitação e leilões, em que há a privatização da riqueza nacional. Pelo sistema de partilha, 85% de tudo que for explorado vai para o controle da União, com a criação de um fundo soberano com o compromisso principal com saúde e educação. As previsões mais pessimistas sobre o pré-sal, avaliam a riqueza destes recursos em meio trilhão de dólares, e as mais otimistas fa-

zem passar do trilhão de dólares. Sobre os royalties, o governo Lula manteve os contratos passados e somos a favor da comensação para os estados produtores. Todavia, consideramos que existe uma péssima utilização deste recursos, haja vista que Campos, por exemplo, uma cidade com um PIB maior do que o de Curitiba, tem um dos menores IDHs do Brasil. Defendemos uma aplicação vinculada destes recursos e o novo marco regulatório do pré-sal.

Marlene de Lima*

Espremido entre a lateral da estante e a parede, doem-lhe os joelhos dobrados. O medo e o suor gelado pela refrigeração fazem tremer o corpo de Demóstenes.

No trajeto do banheiro para o salão do restaurante, o professor percebera o assalto. Esconder-se naquela sala foi a pior escolha: presenciou o assassinato do gerente por um rapaz de rosto descoberto. Branco, de cabelo crespo oxigenado.

“Vambora, cara.” Um comparasa chamava, da porta da sala. Ouviu a sentença dita pelo matador, ao sair: “Apaga esse aí.”

O recém-chegado, arma em riste, se aproxima do esconderijo precário. Acuado, Demóstenes não ousa levantar a vista. As pernas de calça jeans e os tênis de cor indefinida estão na linha dos seus olhos. Porém o bandido perdeu a pressa. Parece que avalia.

Demóstenes pensa na filha pequena. A mulher dava aulas até as nove, na Tijuca, e ainda não tinha chegado, naquele dezesseis de dezembro, para um jantarzinho caro pelos doze anos de amor e dureza.

A figura cresce na contraluz, e a risada gutural escapa da máscara de meia preta, quebrando a tensão.

“Tamos quites, mestre.”

Voz conhecida. Aguda, mas meio rouca. Sem ver a pessoa, não se sabe se é homem ou mulher. Lembrava a de Gérson, da Escola João Crispim, no Pardal Molhado. Aquele mancava da perna esquerda. Talvez a do Silvano — a “Silvete” —, também do Pardal. Mas o jeitão de Rainha Diaba não o teria traído? Ou a do Nivaldo, do Colégio Cruz e Sousa, na Vila Maresia. Não tinha cara de bandido. A maioria não tinha; apenas eram pobres.

O ranger rápido dos tênis se

distancia no silêncio tenso da casa. Demóstenes aguarda. Quer ter certeza de que foram embora.

Em minutos, sirenes na rua e rumor de gente no salão.

O professor se levanta devagar. Sem poder evitar, olha para a mesa do escritório, onde a cabeça do morto tinge de sangue notas e recibos. Tropeça. Apoiase com as duas mãos no espaldar de uma poltrona. Não reconhece, no espelho da parede, o próprio rosto envelhecido. Rugas cortadas por filetes de suor.

Luzes dos carros da polícia avermelham a fachada do “Cavaleiro Andante”, no Leblon. Curiosos se apinham na calçada em frente ao restaurante espanhol.

O médico da ambulância explicou: “Sofreu uma crise nervosa. Já foi medicado; está bem.”

A enfermeira arrumou o travesseiro, com carinho.

“Sua esposa está aqui.”

Rita sorri para o médico: “Ele já pode ir para casa, não é?”

Na maca, Demóstenes, aos poucos, sai do torpor. Sente a

mão da mulher em seus cabelos. Não quer falar. De olhos fechados, tenta organizar os pensamentos.

Com quem estaria “quite”?

Certamente com alguém que

se livrou da reprovação final. Mas, no malabarismo dos cálculos da média ponderada, tinha dado a tantos a chance de um diploma salvador... Um deles não deu bola para o discurso moralizante de um mestre de coração mole, mas que nasceu no asfalto e teve pai.

Um deles — o dono da voz aguda.

*Servidora aposentada do TRT da 1ª Região.



O perigo da fragmentação corporativa

Vera Miranda*

Em toda construção de um projeto que tem a pretensão de organizar a vida funcional de trabalhadores é necessário um amplo debate e a diversidade de ideias para se construir a melhor síntese, o melhor modelo, a produção de mecanismos que se caracterizem por propor soluções a anseios antigos e novos de uma categoria.

Não existe um modelo pronto e acabado que se consolide como resposta a todas as necessidades da categoria e da instituição, visto que é parte natural do processo a diversidade de ideias, valores e necessidades, entre os pares e principalmente da categoria com suas administrações. O projeto ideal da categoria muito dificilmente será o projeto ideal da administração e vice-versa, o que faz com que o produto real a se constituir seja um misto das duas visões, fruto das correlações de força e de possíveis convergências sobre determinados mecanismos já consolidados.

Todo projeto parte de premissas que devem reproduzir o anseio da maioria no que convergir coletivamente as suas compreensões e necessidades individuais. Apesar de salutar as divergências de visões sobre modelos, é preciso termos cuidados para evitar que, no processo de buscar resoluções para questões específicas de segmentos da categoria, transformar a construção da carreira em uma colcha de retalhos corporativos, que ao final do processo de construção, não transformará de fato as relações de trabalho, muito menos garantirá os avanços coletivos desejados.

Durante o 7º Congrejufe, neste ano, em Fortaleza, ficou ex-



Foto: HF

plícita a necessidade do retorno ao debate e construção da carreira do Judiciário. Estava nas teses, nas reivindicações da categoria que estabeleceu o plano de lutas, mas estava também nas movimentações dos segmentos da categoria, legitimamente preocupados com suas necessidades corporativas.

A pergunta que se faz necessária aqui é: se todos concordam na necessidade de uma carreira e a categoria é uma só, porque a discussão da carreira continua sendo alvo de discussões segmentadas, que em vez de buscar soluções para a categoria como todo, fixam apenas o olhar nas questões específicas de um cargo ou especialidade? Acaso a luta pela carreira não é construção do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal independente do seu cargo/especialidade?

Na construção de uma legislação que vale para todos, deve-se evitar tomar como verdade ou desejo de todos o que pode ser apenas a compreensão de um segmento ou mesmo de alguns indivíduos. Todos os elementos que introduzirmos ou modificarmos na construção da carreira

Na construção de uma legislação que vale para todos, deve-se evitar tomar como verdade ou desejo de todos o que pode ser apenas a compreensão de um segmento ou mesmo de alguns indivíduos. Todos os elementos que introduzirmos ou modificarmos na construção da carreira produzem efeitos colaterais positivos e negativos que nem sempre estão explícitos para todos no momento da escolha.

produzem efeitos colaterais positivos e negativos que nem sempre estão explícitos para todos no momento da escolha.

Só para reflexão, a alteração de exigência de escolaridade do cargo de técnico judiciário não transformará os atuais técnicos em analistas, nem trará equivalência salarial embora possa haver significativa melhora salarial. A movimentação para a mudança de escolaridade se baseia na equivalência dos fazeres e desta forma será analisado pelos gestores o que nos traz a outra ponderação – que é a linearidade na reivindicação de igualdade de fazeres dentro do cargo de técnico em relação aos fazeres similares da sua especialidade no cargo de analista. Nosso objetivo é deixar explícito que um movimento como este só se sustenta para quem está atuando diretamente com a área processual, nas outras esta tese, da similaridade, encontrará várias fragilidades.

Então, temos uma demanda segmentada que não resolve o problema de todos, que pode gerar diferenciações entre pares, e não se propõe a resolver a questão da ausência de concurso interno ou critérios de pontuação no concurso externo que levem em conta o tempo de serviço no Judiciário para a mudan-

ça de cargo. Temos uma demanda que tem, sim, um efeito colateral poderoso que é fechar o acesso ao Judiciário às funções com exigências reais do ensino médio. O ato de buscar a alteração da escolaridade para o cargo de técnico como forma de resolver a ausência de concurso, e a busca por uma equivalência salarial, também entrega para a terceirização uma série de fazeres permanentes, necessários ao funcionamento dos tribunais.

A contradição é que a categoria pode chegar aos mesmos resultados desejados tomando um outro caminho – que é o da alteração da estrutura dos cargos, através de uma sobreposição de parte da malha salarial por interpolação. Esta estrutura foi apresentada e aprovada na Reunião Ampliada da Fenajufe que deliberou sobre o projeto de carreira e trazia soluções isonômicas para todos os cargos/especialidades. Em vez de aprofundar o que foi aprovado, uma discussão segmentada traz de volta ao debate uma proposição que conduz à terceirização, à fragmentação e desconstituição da identidade coletiva da categoria. Afinal, somos coletivamente trabalhadores do Judiciário ou apenas meros representantes dos nossos fazeres específicos?

a na construção da carreira judiciária

Da estrutura de cargos

Quando feito o debate sobre a estrutura de cargos visando o aprimoramento ou o aperfeiçoamento da estrutura atual, ponderamos em cima de algumas dificuldades existentes. A primeira é a atual exigência constitucional da obrigatoriedade de concurso para a mudança de cargos e dos efeitos desta para novas regras de aposentadoria; ou mesmo da relação custo-benefício de um novo enquadramento salarial no início de uma nova atividade quando em um cargo anterior já poderíamos estar melhor enquadrados, visto que buscamos construir uma malha salarial que evitasse as discrepâncias entre fazeres que são muito próximos e valorizasse o tempo do servidor na casa.

Também ponderamos a necessidade de recuperação de funções hoje terceirizadas por meio da criação de especialidades dentro do cargo de técnico. Apontamos a criação apenas do cargo de auxiliar judiciário para a recuperação das atividades básicas de caráter permanentes porque entendemos a dificuldade de garantir a criação de novos cargos em lei para atividades que não se constituem de interesse para os gestores que defendem a elitização do serviço público e a manutenção apenas das chamadas áreas fins para efeito de concurso.

Também debatemos sobre a necessidade de ter um mecanismo na carreira que possibilitasse a mudança de fazeres dentro do cargo. Seja assumindo atividades de maiores complexidades dentro do mesmo fazer, seja possibilitando a mudança de fazer e de área de atividade aos que desejarem. É preciso que se diga que hoje existe um aproveitamento das potencialidades do servidor sem que o mesmo

seja reconhecido e valorizado por esta nova condição, assim como existem servidores que gostariam de atuar em outras atividades funcionais diferentes da que eles adentraram no Poder Judiciário. E a única solução é fazer concurso novamente para recomeçar em cargos de igual hierarquia que o seu com a possibilidade de ter que enfrentar novas regras previdenciárias e, com certeza, voltar ao piso salarial que está muito aquém do que ganha hoje. Com estes impedimentos, dificilmente o servidor fará o processo de mudança, continuando a executar fazeres que já não refletem mais o seu perfil ou indo executar, em desvio, outras tarefas. Nos dois casos, perde sempre o servidor. E com a manutenção do cargo amplo e o uso da ferramenta da promoção vertical e da horizontal (mobilidade) buscamos permitir ao trabalhador do Judiciário mais esta opção de desenvolvimento.

A manutenção da estrutura de cargo amplo garante, com especialidades bem definidas e com as atribuições descritas na lei, muito mais a vedação da terceirização e do desvio que apenas a citação em lei de que a mesma não pode acontecer. Embora tenhamos colocado a vedação de toda forma de terceirização no texto do projeto de carreira, buscamos durante todas as etapas de redação reforçar a vinculação das atividades permanentes com o quadro efetivo de pessoal, detalhando estes fazeres vinculados aos cargos e especialidades descritas nos Anexos da Lei. Transformar novamente em cargos específicos não garante que os mesmos não possam ser extintos ou que os desvios não aconteçam.

O fortalecimento não apenas de segmentos, mas de todas as atividades funcionais previstas

na carreira se dá ao fazer o detalhamento das suas atribuições, as exigências de acesso para concurso, a definição da(s) sua(s) área(s) de atuação na carreira e suas competências dentro do órgão público, sua política de qualificação e desenvolvimento na carreira. Coloquemos na Lei e em seus anexos toda a caracterização de atribuições e direitos que for procedente e continuemos a aperfeiçoar a cada sugestão que chega, porque entendemos que esta construção tem agora esta etapa de refinamento e que deverá ser aperfeiçoada mesmo depois de implantada a carreira. Isto porque o mundo do trabalho muda, as profissões ganham novos contornos e as necessidades institucionais também geram novas demandas que devem ser tratadas e solucionadas de forma a garantir continuamente os direitos dos trabalhadores e acima de tudo a qualidade na prestação dos serviços aos usuários que em última análise são os verdadeiros patrões.

Necessidades estruturais, de condições de trabalho e do quadro de pessoal

Para a construção do plano foi considerado um elemento estruturante porque a melhor política de desenvolvimento ou salarial não é válida com trabalhadores sem condições estruturais de trabalho – visto que adoecem sobrecarregados de tarefas em função da ausência de quadro de pessoal, tornam-se vítimas de assédio moral, são impedidos de se qualificar etc. Inserimos no projeto a necessidade de levantamento anual das condições de trabalho e de reposição do quadro para que, de forma sistemática, pudéssemos – por força da lei – mudar a realidade das condições de trabalho estruturais e de procedimento, partindo das menores para as maiores unida-

Afinal, somos coletivamente trabalhadores do Judiciário ou apenas meros representantes dos nossos fazeres específicos?

des, tanto no interior como na capital, com a implantação de uma matriz de lotação de acordo com as atividades desenvolvidas, as demandas da população, volume de processos de trabalho etc. Também levantaremos as necessidades de capacitação e de ampliação da educação formal para os servidores, de acordo com as suas necessidades individuais e institucionais.

A ferramenta do Diagnóstico Ocupacional, na qual estruturamos toda a coleta de informações que subsidia a adoção de uma política de desenvolvimento para o órgão e para os seus servidores, leva obrigatoriamente à necessidade de diagnosticar, de conhecer a fundo os processos de trabalho e as condições em que os mesmos se estruturam de forma sistemática para efetivamente termos condições de prestar serviços de qualidade.

Cabe aos servidores definirem se continuam na construção de um instrumento que avance ou se optarão por lutar pela não implantação do modelo escolhido pelos gestores, quando então ele for efetivado. O debate deste tema, a discussão pormenorizada da carreira, tem o caráter de buscar na categoria as respostas para a construção sólida de uma carreira no Judiciário Federal.

*Engenheira; assessora de Carreira e Gestão Pública; mestranda em Gestão Pública e Social pela UFBA.

Mutilaram o Estatuto

A elite branca e racista do Brasil, inconformada com as atuações do governo Lula em favor da população pobre brasileira, majoritariamente negra, se articulou sob a liderança do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) para impedir qualquer avanço social ou perspectiva de ascensão do negro.

Maria Júlia Nogueira*

Após oito anos de intensos debates, o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), sofreu vergonhosos cortes e alterações que o descaracterizaram completamente, retirando todo o impacto positivo que a sua implementação provocaria na sociedade brasileira e, principalmente, na parcela auto declarada negra.

O projeto original do senador Paulo Paim prevê um conjunto de ações afirmativas para promover a igualdade racial no país e compensar os descendentes de africanos pelos quase quatro séculos de escravidão e 120 anos de discriminações. O texto, que apenas buscava reparar injustiças históricas, foi alvo da ação dos setores conservadores e racistas, sendo mutilado pelo relator no Senado. O parlamentar Demóstenes Torres já é conhecido por culpar os africanos pela escravidão e por afirmar, sem meios termos, que os estupros das mulheres negras pelos seus senhores eram relações consensuais.

É surpreendente que uma agremiação política autodenominada democrática se permita atuar de forma tão retrógrada num período pré-eleitoral, quando milhões de eleitores negros estão atentos às notícias veiculadas sobre os seus representantes no Congresso. O DEM assumiu o papel inequívoco de agremiação racista, pautada por uma política reacionária de negação de direitos e tentativas constantes de impedir qualquer melhora na condição econômica e social da parcela da população brasileira que têm nos seus ancestrais os responsáveis por toda a produção da riqueza nos primeiros trezentos e cinquenta anos da história desse país. Prova disso é que além de retirar a menção sobre raça, privou a negritude do sistema de cotas nas universidades e no mercado de trabalho, além de barrar a possibilidade de uma assistência nacional de saúde específica.

Ao votar o texto de Demóstenes, no dia 16 de junho, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado virou Comissão de Injustiça ao achin-

calhar e depreciar o Estatuto da Igualdade Racial. Ao ser totalmente descaracterizado, o projeto ficou praticamente sem qualquer efeito prático no sentido de mudar a situação dos negros brasileiros.

Diante disso, este é o momento de pressão da militância sindical, do movimento negro e do conjunto das organizações democráticas e populares da sociedade brasileira para que, após a sanção presidencial, seja reparada a injustiça com projetos de lei capazes de recompor os objetivos iniciais propostos pelo senador Paim.

Certamente a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, cuja criação deixa claro o comprometimento da CUT com a causa, permanecerá mobilizada e na linha de frente desta luta, que é de todos e todas, pois é inegável que a maioria da população deste país tem o sangue negro correndo em suas veias.

Diante dos que buscam transformar esta nação, sob a força da chibata e da mordida, em um imenso navio negreiro, reiteramos a intransigente defesa do Estatuto da Igualdade Racial a partir dos moldes em que foi concebido e, portanto, da sua implementação integral. Zumbi está conosco, os feitos com eles.

*Secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT.


ENTENDA O CASO

No dia 16 de junho, foi aprovado no Senado o Estatuto da Igualdade Racial. Porém, para garantir a aprovação do PL 6.264/2005 foram feitos acordos com ruralistas e o partido Democratas (DEM). O texto aprovado eliminou a obrigatoriedade da regularização de terras para remanescentes de quilombos, a criação de cotas nas universidades, a reserva de cotas para atores negros em filmes, novelas e programas de televisão e a participação de 10% em partidos políticos.

O Estatuto—projeto original do senador Paulo Paim (PT-RS)—tem uma história de sete anos e já aguardava dois anos para ser votado pelos senadores. Ao longo deste tempo, sofreu mudanças no conjunto de princípios, que têm o objetivo de reduzir as desigualdades entre negros e brancos no país. O documento aprovado, foi alterado pelo relator, senador Demóstenes Torres (DEM).

Apesar das limitações, a aprovação do Estatuto estabelece ações afirmativas e promoção de políticas públicas de combate à discriminação e igualdade de oportunidades. Entre elas, a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), a facilitação para financiamentos habitacionais e o reconhecimento de que o poder público precisa agir para diminuir também este tipo de desigualdade. A expressão desigualdade racial foi substituída por desigualdade étnica. Na Educação, reafirmou a obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino fundamental, aulas sobre história geral da África e do negro no Brasil. Também será obrigatório que o sistema público de Saúde se especialize em doenças mais características da raça negra, como a anemia falciforme.

Da Redação.



Ideias recorre, novamente, à arte do italiano Oliviero Toscani que, nos anos 90, criou a famosa campanha publicitária da marca Benetton focando temas polêmicos – como o racismo.

A implosão da democracia racial brasileira

Maria Cristina de Paiva Ribeiro*

Apesar de o Governo ter feito um acordo com os parlamentares, idêntico à supressão da descriminalização do aborto no Programa Nacional dos Direitos Humanos, para aprovar o Estatuto de Igualdade Racial sem os temas considerados polêmicos – incentivo fiscal para empresas que contratarem pelo menos 20% de funcionários negros; cota de 50% em universidades públicas; política nacional de saúde específica para os negros –, a implementação dos primeiros programas de ações afirmativas, entre os quais a política de cotas, decretou o fim do mito da democracia racial, ou seja, do mito da ausência de preconceitos ou discriminações raciais no Brasil. A vigência desses programas, por si só, é a prova cabal de que existe tanto racismo quanto um problema específico do negro no país. Caso contrário, não haveria a necessidade de medidas reparatórias a esse seg-

mento populacional. As bases ideológicas de sustentação do mito da democracia racial, portanto, foram implodidas!

Não adianta representantes da elite reacionária e racista, como o senador e relator do projeto Demóstenes Torres, tentarem esvaziar um instrumento legal como o Estatuto da Igualdade Racial com justificativas estereótipos como: “Não vou aprofundar a divisão racial...”, “... não dividir a sociedade brasileira entre negros e brancos, pois os problemas sociais... não obedecem à cor de pele” e tentar encobrir a questão racial mudando o termo ‘raça’ por ‘etnia’. Isso porque as lutas e conquistas do Movimento Negro fizeram cair a máscara do racismo na sociedade brasileira quando começaram a entrar na pauta da agenda nacional, ainda que tardiamente, como a aprovação da lei que estabelece cotas para oriundos da rede pública e afrodescendentes nas Universidades Federais, que tramita no Congres-

so Federal; a aprovação de projetos semelhantes nas assembleias legislativas dos Estados; a isenção da taxa do Enem; a isenção das taxas dos vestibulares públicos; aprovação do ProUni; ocupação étnica de agências dos bancos e *shopping centers*; a diversidade étnica na contratação de trabalho; mudança no conteúdo do vestibular; organização dos universitários negros; respeito para as mulheres negras; abraço à UnB pela adoção das cotas; luta pela eliminação do preconceito e violência policial-racial; defesa de cotas para pobres e negros nas maiores universidades públicas do Brasil (USP e UFRJ).

O racismo velado é utilizado como uma arma ideológica de dominação pela elite brasileira dominante. Trata-se de um racismo dissimulado, mascarado, velado, porém, extremamente eficiente. Por exemplo, o progresso educacional do negro brasileiro é inferior ao do negro sul-africano da época do *apartheid* e dos negros dos Esta-

dos Unidos da América da época da segregação racial. Nestes países, havia mais médicos, engenheiros e advogados negros do que aqui. Portanto, o racismo à brasileira já é perverso, por isto que o programa de cotas nas universidades e nas empresas contribuíram para que o conflito nas relações raciais ficasse declarado, foi o primeiro passo para chegar a sua superação definitiva. Isto prova que só é possível vislumbrarmos a superação definitiva de um problema quando ele, efetivamente, vem à baila.

O Brasil tem uma enorme dívida para com o povo negro, desde a escravidão até os dias atuais, pois foi com a mão-de-obra escrava que este país foi construído. É inadmissível que, no limiar do novo milênio, a elite dominante ainda tente delegar aos negros os espaços subalternos da sociedade.

*Diretora sindical.
Coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe.

Sisejufe obtém vitória contra o IR sobre o abono de permanência

Em sentença de procedência que aguarda publicação, o sindicato teve os pedidos de afastamento e devolução do imposto de renda sobre o abono de permanência julgados procedentes, isentando seus filiados. É mais uma vitória para os sindicalizados, que se soma à procedência da ação que isentou os servidores do imposto incidente sobre o auxílio pré-escolar. Em



breve, os filiados serão beneficiados por outras demandas semelhantes.

O denominado adicional de 1/3 de férias é indevidamente tributado pelo imposto de renda e pela contribuição previdenciária, mas após incidente de uniformização julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caráter compensatório/indenizatório do adicional foi consolidado, permitindo a impugnação judicial. O sindicato já possui demanda pedindo o afastamento e a devolução do imposto de renda, complementada agora pela ação que pede o afastamento e a devolução da contribuição previdenciária.

Sindicato ajuíza ação contra o IR incidente sobre o adicional de 1/3 de férias

Em complemento às demandas que evitam o excesso de tributação de seus filiados, o Sisejufe ajuizou ação pleiteando o afastamento da contribuição previdenciária de 11% que incide sobre o adicional percebido por ocasião das férias.

Protocolado requerimento sobre auxílio-transporte

Diante das exigências de apresentação do bilhete de passagem – sob pena de reposição ao Erário – para os servidores que usam o auxílio-transporte na Justiça Eleitoral, o sindicato protocolou requerimento administrativo impugnando a exigência no TRE do Rio de Janeiro.

Sisejufe obtém decisão importante no TCU sobre transformação de cargos

Em decisão proferida em denúncia promovida pelo Sisejufe, o Tribunal de Contas da União reconheceu a impossibilidade de transformação de cargos da área administrativa em cargos da

O problema está vinculado aos casos em que “houver utilização de transporte regular rodoviário seletivo ou especial”, quando o servidor é obrigado a apresentar o bilhete de passagem até o 5º dia útil de cada mês, “sob pena de suspensão do benefício e devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente”. A exigência gera transtornos desnecessários, pois o auxílio é direito do servidor, que nem sempre consegue manter organizados todos os bilhetes.

área de apoio especializado. O problema surgiu no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, que transformou 39 cargos da área administrativa (criados por lei com essa definição) em cargos de apoio.

Apesar da fundamentação, o relator do processo no TCU se equivocou quanto ao pedido do sindicato (que não impugnava a classificação de especialidades, mas a transformação de áreas), o que foi objeto de embargos de declaração que deverá esclarecer a matéria nos próximos meses.

cessárias (administrativas e judiciais). O banco de horas compensa as horas trabalhadas a mais com folgas, porém tem sido costume nos tribunais computar as horas de final de semana e feriados, que devem ser remuneradas com acréscimo entre 50% a 100%. A partir dos esclarecimentos prestados, o sindicato pedirá a correção das distorções eventualmente existentes para que seus filiados tenham as horas adicionais computadas devidamente.

Sindicato oficializa Presidente do TRT sobre decisão do STJ que proíbe desconto remuneratório na greve

Em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que fixou os limites para a greve na Justiça do Trabalho, permitindo que 40% dos servidores (incluindo os detentores de FC ou CJ) participem da greve, o sindicato encaminhou ofício ao presidente do TRT da 1ª Região, comunicando que não pode haver desconto remuneratório por adesão à greve.

A matéria foi objeto de apreciação no STJ, que reconheceu a legalidade da greve e, respeitando-se esses os requisitos estabelecidos, a impossibilidade de corte de ponto. No Rio de Janeiro, as medidas necessárias para a legalidade da greve foram ado-

tadas desde o início. Por outro lado, os limites referidos pelo STJ foram respeitados.

Diante desses fatos, a presidência do TRT desrespeita a decisão da instância máxima para o tratamento do movimento paredista dos servidores do Poder Judiciário da União, o que não pode ser admitido. Lembrando que as decisões administrativas não se sobrepõem às judiciais, o Sisejufe protocolou o ofício na quinta-feira, 8 de julho, e pediu audiência para tratar do tema.

O sindicato ressalta aos servidores que os descontos programados são indevidos e conchama os servidores a manterem a greve

Entenda o processo sobre quintos no STF

Tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) dois mandados de segurança da União contra a prorrogação da incorporação de quintos decorrentes do exercício de função comissionada de 1998 até 2001: um contra o acórdão do TCU que, em 2005, reconheceu a legalidade da incorporação e outro sobre o ato do presidente do TCU que determinou a incorporação dos quintos à remuneração de seus servidores. No primeiro, o relator da matéria é o ministro Eros Grau (MS 25763); no segundo, o relator é o ministro Joaquim Barbosa (MS 25845).

O processo que teve o julgamento iniciado no Tribunal Pleno do Supremo foi o MS 25763, na sessão de 9 de junho de 2010. O ministro Eros Grau votou pela extinção do processo sem resolução de mérito, em razão da preliminar de inexistência de ato de autoridade coatora. Explica-se: o MS foi movido contra acórdão do TCU que não teve o objetivo de incorporar quintos, mas apenas julgou improcedente representação do Ministério Público sobre a matéria. Logo, não há competência originária do STF, pois são os presidentes de cada tribunal que detêm a autoridade para incorporar os quintos.

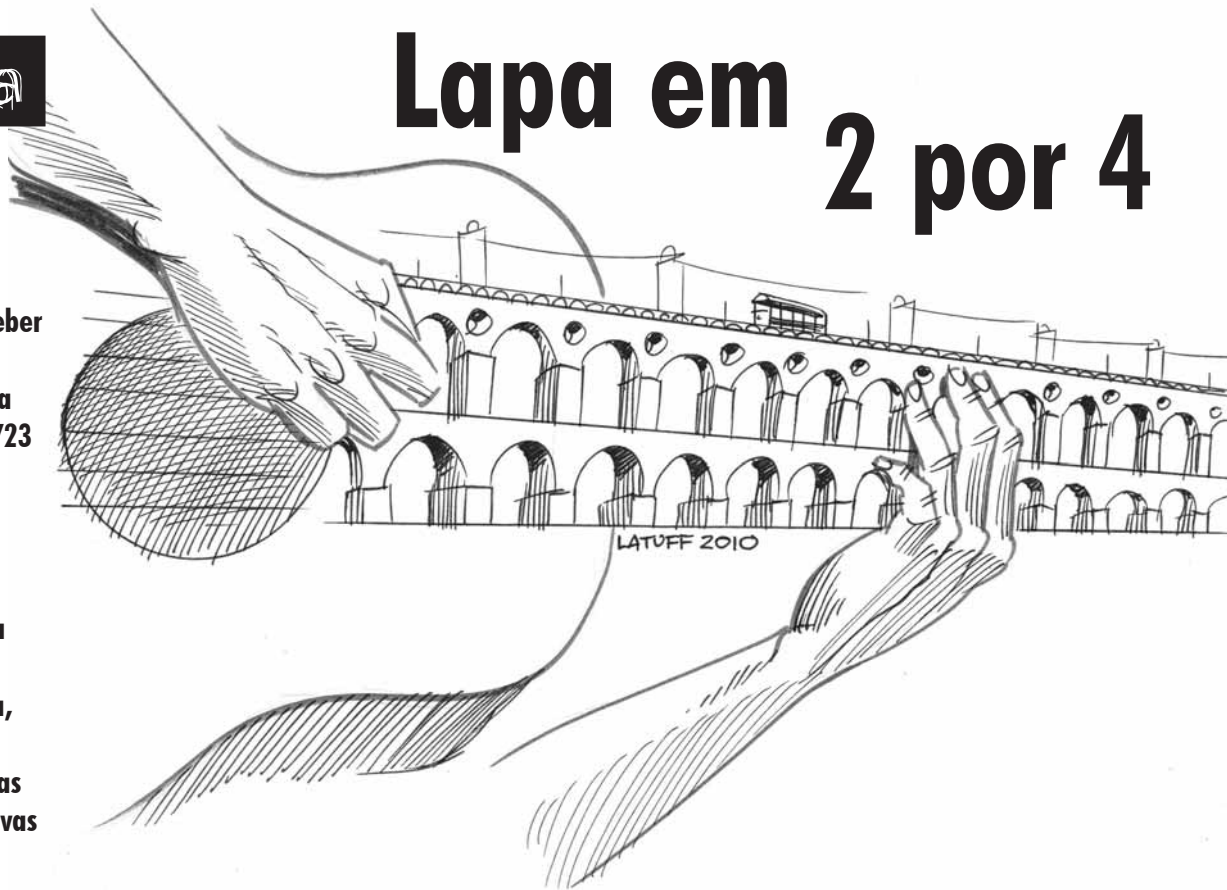
Essa posição recebeu o indicativo de adesão de outros ministros presentes na sessão, a saber: Cezar Peluzo, Carlos Britto, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. No entanto, em incompreensível defesa da União, o ministro Gilmar Mendes pediu vista, impedindo que o julgamento prosseguisse. A vice-procuradora-geral da República se manifestou pela legalidade do pagamento dos quintos.

Anteriormente, o MS 25845 teve desfecho semelhante. Após o voto do relator Joaquim Barbosa, que conhecia do MS, três ministros declaram o voto de extinção da medida, pois no TCU é o secretário-geral e não o Presidente que detém competência para determinar a incorporação, o que retira a competência originária do STF. Neste processo, para evitar a derrota em plenário, Gilmar Mendes também pediu vistas.

Agora, os dois processos aguardam a apresentação do feito pelo ministro Gilmar. Embora não tenham o condão de cortar os quintos dos servidores do Poder Judiciário da União, a decisão será fundamental para o futuro das incorporações, por isso o Sisejufe participou das sessões através de seu advogado em Brasília, Rudi Cassel.

Lucio Sanfilippo*

Santa Tereza durante muito tempo deu de beber ao Rio de Janeiro por intermédio dos Arcos da Lapa, construído em 1723 para compartilhar as águas do Rio Carioca. Pouco mais de 10 anos atrás, este simpático bairro novamente mata a sede dos amantes do samba e da boa música, desencadeando a revitalização de uma das regiões mais significativas da rica cultura carioca.



Morando atrás do Sobrenatural, restaurante que pertencia ao genial e generoso Wilson Moreira, dormia eu no início dos anos 90 ao som de Luís Filipe de Lima, Gallotti e Cia. Sambas entoados até de manhã por gente como Beth Carvalho – que eu via lá pelas 6 da manhã tomando café na padaria do Largo dos Guimarães, depois da cantoria – embalavam meus sonhos. Escorregando pela Ladeira de Santa Tereza, no último arco do aqueduto de outrora, iniciava-se, na mesma época, com Marcos Sacramento e Dobrando a Esquina (Marcelo Menezes, Paulino Dias, Lenildo Gomes e Luciane Menezes) a semente do que hoje vemos por aí frutificando a alma da Lapa.

Pelas mãos do produtor Lefê, o solo ganhou adubo e irrigação para o despertar desse lugar especial da cidade mais que maravilhosa. Simone Lial, artista atuante no cenário da Lapa, sugeriu o mesmo Lefê ao grupo que pretendia colocar música num antiquário da Rua do Lavradio e deu-se o fenômeno Coisa da Antiga, chamado depois Emporium 100. Sucesso de público e crítica, rendeu reporta-

gens por todo o mundo, contribuindo, junto a outras iniciativas, para elevar novamente o Rio à categoria de capital cultural. Nesta época – final de 1997 –, fui convidado pelo Dobrando a Esquina para integrar a noite de sexta-feira, o que rende lembranças especiais a inúmeras pessoas que acompanharam a (re) construção do panorama artístico da cidade. Por lá, conosco, no meu microfone Beta 58, cantaram Zé Ketti, Cristina Buarque, Mestre Darcy do Jongo, Monarco, Délcio Carvalho, Zé Luiz etc. – e os já citados Wilson e Beth – junto aos excelentes Ana Costa, Mariana Bernardes, Osvaldo Cavallo, Pedro Holanda e Nilze Carvalho.

Blocos de carnaval (re) surgiram. O Escorrega no Trilho em Santa, sob as bênçãos de Momo, se converte em Carmelitas. Casas de samba inauguraram-se, aproveitando este momento especial de efervescência: Semente, da figuraça Regina, com Tereza Cristina, Pedro Miranda, João Callado e Ricardo Cotrin; Carioca da Gema, do simpático Tiago; Rio Scenarium, do empreendedor Plínio Fróes, importante no despertar da Lapa. O tra-

dicional Bar Ernesto, onde canto desde 2001, reabre para a música com o Ernesto nos Convidou, formado por mim e por craques como Clarice Magalhães, Luiz Flávio Alcofra e Rui Alvin. Nasce o CPC Aracy de Almeida, do visionário Flavinho Aniceto e sua (nossa) trupe. O Clube dos Democráticos, do 100% querido Nano Ribeiro, entre outros, dá à antiga rua Mata-cavalos, eternizada por Machado de Assis, seu lugar de destaque nesta empreitada cultural. O Circo Voador abre definitivamente suas portas para o samba. O ponta-pé-de-chinelo de Vanusa e Edgard reaproxima definitivamente o semba do samba do povo. Novos espaços e artistas se multiplicam, enriquecendo o panteão cultural da região. Moisés Marques, João Hermeto, Elisa Addor, Roberta Nistra, Lazir, Luiza Marmello e Dely Monteiro, Adryana BB, Aline Paes, Alice Passos, Lysia Leal, Karla da Silva, Edu Krieger, Makley Mattos, Nuno Netto, Alfredo Del Peño, Pedro Paulo Malta, Tiago Prata, Dedé Alves, Janaína Moreno, Roberta Espinosa, Pati Oliveira, Luiza Dionizio, Marina Íris, Tomaz Miranda, Bianca Calcagni, Laura Borges, Manuela

Marinho, Dani Spielman, Nicolas Krassik, Vica Barcellos, Manuela Trindade, Abel Luiz, Chico Abreu, Fred Alves, Joana Saraiva, Tiago Magalhães, Glória Calvente, Marcello Mattos, Maurício Massunaga, Diquinho, Ivo Senra, Guilherme Lopes, Adriano Furtado, Anderson Vilmar, Marcelo Maciel, Marceu Vieira, Tuninho Galante, Paulão 7 Cordas, só para citar alguns queridos colegas que encantam a brisa que vem do Santos Dumont.

Aracy de Almeida, Noel Rosa, Saturnino, Brancura e Madame Satã ficariam orgulhosos se passassem pelas calçadas sambistas da Lapa de 2010. A sonoridade do bairro com a batucada abastece as células da música brasileira. A vocação cosmopolita da metrópole se mantém viva com a resistência da produção popular como maior fonte de oxigênio. As 7 cordas que os dedos acariciam, as palhetas dos cavacos e dos bandolins, os pandeiros de couro e de nylon, a marcação surda retumbam em 2 por 4 e 6 por 8, garantindo que os igi gerem frutos e continuem compartilhando o axé!

*Cantor e compositor.

Centrais sindicais ensaiam aliança

Inspirados em indicadores sociais positivos, os trabalhadores organizados comparam projetos de antes e depois da era Lula e ensaiam uma inédita aliança em torno da sucessão do operário

Vítor Nuzzi*

Mais de uma vez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu aos dirigentes das centrais sindicais: se vocês vierem divididos, fica difícil atender. Unidas, elas conseguiram conquistas como a correção da tabela de cálculo do Imposto de Renda na fonte e a política de valorização do salário mínimo – que o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva

Santos, chama de “maior acordo coletivo do mundo”, pela quantidade de pessoas envolvidas. Com base nos indicadores do atual governo – durante o qual foram legalmente reconhecidas –, as centrais sindicais ensaiam uma inédita aliança no processo eleitoral. A maioria delas preparou uma pauta a ser apresentada aos candidatos à Presidência da República, com as principais propostas do movimento sindical para os próximos quatro anos.

Essa pauta foi divulgada no primeiro dia de junho, em evento no estádio do Pacaembu, em São Paulo, que reuniu representantes de cinco das seis centrais reconhecidas: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). A UGT (União Geral dos Trabalhadores) preferiu não participar do ato, chamado por alguns sindicalistas de nova Conclat, referência ao encontro realizado em 1981, em meio ao processo de abertura política em curso no Brasil.

No final da assembleia, o presidente nacional da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, pôs em votação a chamada agenda da classe trabalhadora, com 249 itens. Entre eles, destaca-se a necessidade de manter políticas de desenvolvimento com distribuição de renda. “Nossa presença ativa no processo e no debate eleitoral deve buscar impedir retrocessos, garantir e ampliar direitos dos trabalhadores/as. Por isso, é fundamental eleger candidatos comprometidos com as bandeiras da classe trabalhadora”, diz o documento aprovado no Pacaembu e que deverá ser encaminhado a todos os candidatos.

Mas os principais dirigentes das centrais não escondem a preferência pela candidata do PT, Dilma Rousseff. A maioria identifica em José Serra, do PSDB, a volta de um período de dificuldades na relação do governo com as organizações de trabalhadores. “Ele não tem diálogo com o movimento social.

Fernando Henrique era uma maravilha perto dele”, afirma o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, deputado federal e presidente do PDT em São Paulo. Segundo ele, na direção da Força de 80% a 90% apoiarão Dilma. Se o candidato tucano fosse o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o sindicalista acredita que a central ficaria dividida.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, observa que a entidade decidiu não participar do evento do Pacaembu devido à sua pluralidade. Entre seus dirigentes, há filiados ao DEM, ao PPS (ambos tradicionais coligados ao PSDB) e ao PV (que tem como pré-candidata a senadora Marina Silva). Mas ele mesmo já tem candidato. “Eu sou lulista”, diz Patah, que considera Lula o melhor presidente que o país já teve, “por tirar milhões de pessoas da miséria, pela inclusão no mercado de trabalho, pela valorização do salário mínimo e pelo crescimento econômico acima das expectativas”. Segundo ele, a tendência é que os dirigentes da UGT sejam liberados para apoiar os candidatos que preferirem, decisão já tomada nos estados.

Foto: Regina Grammont



Ricardo Patah – UGT

Foto: Dino Santos



a inédita

Projeto político

Para o presidente da CTB, Wagner Gomes, independentemente de nomes, a questão é apoiar a continuação de um projeto político. “Antes de Lula, o projeto privilegiava o desmonte do Estado. E o movimento sindical tinha quase nenhuma discussão com o governo”, lembra. “As alianças que o Serra vai ser obrigado a fazer puxam um eventual governo dele para uma volta acentuada ao projeto neoliberal. Na nossa opinião, Serra é a continuidade do governo FHC, quando ficamos patinando durante oito anos”, compara, lembrando que só foi recebido uma vez pelo antecessor de Lula. “Democracia é o oxigênio do movimento social”, diz Gomes, que é da direção nacional do PC do B. ACTB tem majoritariamente filiados a essa sigla e ao PSB.

O presidente da CUT acrescenta: “A pior coisa seria ficar em cima do muro. É um erro político grave achar que os projetos políticos em disputa na sociedade brasileira são iguais. É só olhar o que aconteceu na década de 90, quando passamos o

Foto: Regina Grammont



Wagner Gomes – CTB

tempo todo debatendo resistência, em vez de uma agenda positiva. Naquele momento, só nós restava o direito de espernear”. Para Artur Henrique, que é filiado ao PT, quem tem condições de manter ou ampliar um espa-



Foto: Dino Santos

Conclat: milhares de trabalhadores tomaram as arquibancadas do Pacaembu, em São Paulo

ço de diálogo é a candidata do PT. “Antes, éramos tratados como bandidos ou pessoas que não têm papel a cumprir.” Ele lembra, inclusive, que o DEM entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o reconhecimento das centrais. “Isso no mínimo é um ataque à democracia.”

A própria CUT apresentou, em 1º de maio, um documento com mais de 200 propostas em várias áreas, para ser discutido com os candidatos. A chamada plataforma da classe trabalhadora é resultado de meses de debate com todas as instâncias da entidade. Mas a central avaliou que era preciso ampliar ainda mais essa discussão. “A gente percebeu que era necessário que esse conjunto de debates tivesse uma articulação com as demais centrais e com o conjunto dos movimentos sociais. O evento (do Pacaembu) não é para fazer campanha ou decidir quem vai ser apoiado, é para aprovar uma

pauta. A principal tarefa é dizer o que nós queremos. O maior desafio é não permitir o retrocesso”, afirma Artur.

O presidente da CGTB, Antônio Neto, também vê necessidade de dar sequência a um modelo de “desenvolvimento e

de democratização do Estado”, em que todos os temas sejam discutidos. “No Brasil, não se fazia um planejamento ou política industrial há 30 anos. Há anos o Brasil não construía um navio”, diz, citando o programa de modernização da frota, que prevê mais

de 100 navios até 2014. “Para onde iria esse dinheiro? Para fora do país.” Neto vê um embate claro nessa eleição entre o Estado e o discurso privatista. “Por mais que ele (Serra) se coloque em pele de cordeiro, esse lobo nós conhecemos. Sabemos qual é a estratégia do governo a que ele pertenceu”, afirma Neto, que integra o diretório nacional do PMDB, partido predominante entre os di-

Foto: Dino Santos



Artur Henrique – CUT

Foto: Regina Grammont



Antônio Neto – CGTB

rigentes da central, que abriga ainda filiados ao PSB, PDT, PTB e PT, entre outros.

Também para Wagner Gomes, da CTB, esse é o debate que deve ser feito. “Nessa recente crise, o Brasil só sentiu menos porque estava com o Estado investindo na economia. Não defendemos o Estado gastador, inchado, mas o indutor da economia. Ninguém defende marajá”, diz.

Mas nem todo o balanço positivo feito pelas centrais nestes últimos sete anos e meio – criação recorde de empregos, políticas públicas, ampliação de espaços de diálogo – faz da era Lula um governo perfeito.

Continua

Para os dirigentes sindicais, é quase unânime o tom crítico a boa parte da política macroeconômica. “(Henrique) Meirelles (presidente do Banco Central) é um representante do sistema financeiro, dos grandes banqueiros, no governo”, afirma Wagner Gomes. “É possível ter um modelo econômico diferente e crescer”, acrescenta. “Enquanto especular for mais compensador, você não vai ter empresário investindo na produção. Qualquer mau humor do chamado mercado faz o dinheiro ir embora.”

Para Neto, da CGTB, se o Comitê de Política Monetária (Copom) não tivesse aumentado os juros no final de 2008 o Brasil teria menos problemas com a crise. “O Copom mostrou à sociedade que o Brasil estava com medo da crise.” Na área financeira, outra reivindicação ao próximo governo é a participação de representantes dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional (CMN).

Jornada

Além da questão dos juros, Artur Henrique destaca a campanha pela redução da jornada, a luta para que o Brasil seja seguidor da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – por coibir a demissão imotivada, a rotatividade e a informalidade no mercado de trabalho. Há também, segundo ele, pendências na questão agrária. “Os recursos para a agricultura familiar aumentaram, mas ainda temos no Brasil um modelo que privilegia o agrogêncio. E até hoje não conseguimos aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) do trabalho escravo nem a atualização do índice de produtividade da terra”, cita. A PEC contra o trabalho escravo prevê a expropriação de terras onde a prática seja flagrada e o índice de produtividade rural é o utilizado para determinar se a propriedade é improdutiva e deve ser des-

tinada para reforma agrária. Também é momento, acrescenta Artur, de avançar na distribuição da renda. “Os reajustes salariais não conseguem acompanhar os ganhos de produtividade”, diz o cutista.

Para Antônio Neto, os meios de comunicação tratam certos temas com pesos diferentes. “O projeto Ficha Limpa, que é importante, teve 1,6 milhão de assinaturas. Mas o projeto da redução da jornada também teve, e esse a mídia não apoia. É uma PEC de 15 anos”, compara.

Patah defende ênfase na educação e na qualificação profissional. “Sem isso, os outros pontos dificilmente serão conquistados. “A UGT espera que o próximo presidente, ou presidenta, tenha um compromisso de fazer uma revolução pela educação”, afirma. Inclusive para melhorar a distribuição de renda: “1% da população tem metade da riqueza do país”.

Paulinho, da Força, considera também aumentar a representação dos trabalhadores no Legislativo. “São 53 sindicalistas, 82 ruralistas e 219 empresários, ou seja, 301 contra nós. O Congresso é contra. Eles ganham de nós até na Comissão de Trabalho. Não adianta o Lula estar no poder, ele não faz lei”, observa. “O Congresso só vai ser da sociedade quando houver equilíbrio nas representações. A bancada dos trabalhadores não chega a 10%”, acrescenta Patah.

Essa quase unanimidade entre as centrais não aconteceu na última eleição, em 2006. O presidente da Força, por exemplo, apoiou Geraldo Alckmin (PSDB) no segundo turno – no primeiro, o candidato do PDT foi o senador Cristovam Buarque. “Fiquei até o último dia com ele (Alckmin)”, lembra Paulinho, que fala de um certo estremecimento com o governo principalmente no primeiro mandato de Lula, em especial du-

Assembleia da Conclat em 1º de junho, no Pacaembu, reuniu cinco das seis centrais sindicais reconhecidas no Brasil, fechou apoio à Dilma Rousseff e votou a agenda da classe trabalhadora

rante a campanha pela legalização dos bingos. “Mas muita gente na Força apoiou (o governo)”, diz Paulinho. A central tem em sua direção gente ligada ao PDT, ao PSDB (dois vices), ao PMDB e ao DEM.

Preconceito de classe

Durante a gestão Lula, as centrais também foram “acusadas” de terem sido cooptadas pelo governo, que teria coalhado a administração pública de sindicalistas. “Cooptar é diferente de ter uma relação de respeito, é dizer amém ao governo em troca de absolutamente nada”, reage Wagner Gomes. “E tivemos várias atitudes do governo Lula que beneficiaram os trabalhadores. A relação do governo Lula com os movimentos sociais é democrática”, acrescenta.

O presidente da CUT enxerga nessa crítica desinformação e elevada dose de preconceito. “As pessoas, quando vão para o governo, deixam de ser dirigentes sindicais. Enquanto você está lá, está cumprindo uma função pública. O que está por trás da notícia é insinuar que sindicalista não tem competência. Isso é absolutamente desrespeitoso”, reage. Segundo Artur Henrique, a composição do governo Lula “refletiu a política de alianças”.

Da mesma forma, os dirigentes lembram que o fato de as centrais serem reconhecidas e se alinharem em várias reivindicações não elimina as divergências. Porém, é preciso se unir para ser atendido, conforme recomendação do próprio Lula. “As coisas que temos em comum são maiores do que as que nos dividem”, diz Antônio Neto.

Para Artur, essa percepção começou ainda no Fórum Nacional do Trabalho – criado em 2003 para discutir mudanças na estrutura sindical e na legislação trabalhista. Na ocasião, a bancada dos empresários, apesar de todas as diferenças, iam com posição unificada, diferente da bancada sindical. “Esse foi o estopim de uma maturidade sindical”, diz o cutista, citando ainda a campanha do salário mínimo, que resultou em várias marchas em direção a Brasília. No evento de 1º de junho, o Dieese lançou no Pacaembu uma edição especial de um livro sobre o salário mínimo. “O desafio é manter essa política. Nos 70 anos de salário mínimo, as centrais deram de presente uma política de valorização”, diz o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. No documento aprovado pelas centrais, o primeiro item destaca justamente a necessidade de aprovar no Congresso um projeto de lei que materializa o acordo firmado entre centrais e governo.

“Essa unidade se estabelece quando o assunto é de interesse geral da classe trabalhadora”, observa o presidente da CUT. “Tudo o que conquistamos foi fruto dessa unidade. Mas continuam as disputas sindicais na base, as diferenças de concepção e prática sindical. Por isso você não vai ver uma marcha pela Convenção 87 (que trata da liberdade e autonomia sindical) ou pelo fim do imposto sindical”, afirma.

*Vitor Nuzzi é jornalista.
Reprodução da Revista do Brasil nº 48.

No Rio, Dilma apresenta seu olhar sobre o Brasil

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

Em encontro, no Rio de Janeiro, com intelectuais e artistas, a candidata à Presidência da República Dilma Rousseff começou ouvindo, por quarenta minutos, impressões e críticas de alguns convidados sobre o governo Lula, em especial na área de Educação e Cultura. Em seguida, por cerca de uma hora, Dilma expôs seu olhar sobre o Brasil e sobre os desafios do próximo governo federal. O evento, num hotel em Copacabana, na noite de 31 de maio, foi organizado pelo sociólogo Emir Sader. Na mesa, com ele e Dilma, estavam a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

No início de sua fala, a candidata lembrou que passamos os anos 90 e a virada do milênio escutando que as utopias e as grandes transformações sociais haviam acabado. “A História, diziam, teria chegado ao fim. As aspirações de construções coletivas tinham de ser afastadas. E só o mercado seria capaz de nos oferecer a trajetória correta. E inclusive a cultura tinha de ser substituída pelo pós-modernismo. Bastou uma crise para que essa visão de vida, de sociedade e de economia entrasse em colapso”, disse Dilma.

Para a candidata, o Brasil teve “sorte” com a chegada ao poder de um líder popular, sindical e metalúrgico como Lula porque ele representa um projeto de Nação, não apenas um modelo econômico. Dilma defendeu a democracia participativa e contou uma história divertida: “Fizemos história porque somos diferentes dos projetos anteriores de governo. Mas eles usam o artifício de borrar as nossas diferenças. Nós ampliamos muito nos dois últimos governos um processo participativo organizado. As conferências

Ex-ministra falou para 200 pessoas; ouviu sugestões e críticas; e conversou com diretor sindical sobre a greve no Judiciário

são isso. E uma ótima definição das conferências foi dada, da melhor maneira, por um ribeirinho do Amazonas: ‘Uma conferência serve para conferir se tudo está nos conformes’. É exatamente isso”, concluiu.

De acordo com a ex-ministra da Casa Civil, o Brasil estava acostumado com a desigualdade e o governo Lula introduziu a indignação com a desigualdade na agenda política. Para ela, a mobilidade social perpassa todas as políticas do atual governo e foi criado outro paradigma que deu condições para o país transitar entre o emergente e o desenvolvido. “E como assegurar que esse ganho se transforme em uma nova era? Com a centralidade da educação. A educação é o motor que permite o processo de desenvolvimento”, afirmou.

Política externa

Dizendo-se um pouco constrangida em falar de política externa diante de Marco Aurélio Garcia, o principal artífice político da área, Dilma traçou uma relação entre a atual independência brasileira nesse campo e o pagamento da dívida com o FMI: “Não é possível fazer política externa atrelados ao FMI. Antes, tínhamos de dar satisfações ao sub do sub do sub. E era proibido investir em saneamento básico neste país (!). Para vocês terem uma ideia, todo o governo anterior investiu 500 milhões em saneamento, em todo o país. Nós investimos 600 milhões apenas no Complexo do Alemão. Ou seja, não se investe no país e nem se faz política externa com os credores atrás da porta. Nós tivemos vontade política para pagar o FMI e, daí, diversificamos nossas relações internacionais – América do Sul, África, Oriente Médio e Ásia”.



Muniz Sodré; o escritor Eric Nepomuceno; o ator Hugo Carvana; o produtor cultural Perfeito Fortuna; o reitor da UERJ Ricardo Vieiralves; o superintendente do Iphan no Rio, Carlos Fernando Andrade; o sambista Marquinhos de Oswaldo Cruz; o presidente do Jardim Botânico do Rio, Liszt Vieira; e a historiadora Isabel Lustosa. Havia também muitos políticos (a maioria candidatas nestas eleições) presentes no evento, além de presidentes e diretores de empresas estatais.

A candidata do PT à sucessão de Lula disse que considera indispensável o Brasil desempenhar o papel de líder regional mas que, para isso, é preciso dar ênfase ao multilateralismo. Por isso, justificou ela, o governo esteve representado em todos os Fóruns Econômicos Mundiais, na Suíça. E, no episódio do Irã, o Brasil afirmou a paz e a estratégia do diálogo. De acordo com Dilma, na questão ambiental, o país está noutra categoria de comprometimento, mais efetiva do que a grande maioria dos países: “É a competição comercial e suas compensações na área energética que ditam as políticas ambientais no mundo. Se há uma economia de baixo carbono possível no mundo de hoje, é a brasileira”, assegurou.

Cultura e Estado

Falando para uma plateia com muitos artistas e acadêmicos, Dilma frisou que não pode existir projeto de Nação sem o entendimento de que a cultura é a alma e reflete a identidade e a diversidade de um povo. Entre os presentes estavam o presidente da Biblioteca Nacional,

Entre as falas da candidata do PT à Presidência, uma tocou num ponto candente para a categoria do Judiciário Federal. Dilma criticou quem defende o Estado mínimo e sem qualificação e disse que um exemplo de setor público ineficiente é um servidor da área de Fiscalização do Estado ganhar cerca de R\$ 14 mil e um servidor de alguma área executiva ganhar cerca de R\$ 4 mil. Vale lembrar que um dos motivos da luta pelo PL 6.613 é justamente a redução das desigualdades salariais entre a carreira do Judiciário Federal e carreiras típicas de Estado – como as da Receita Federal, por exemplo.

Ao fim de sua fala, Dilma Rousseff recebeu do diretor do Sisejufe Roberto Ponciano um abaixo-assinado da categoria do Judiciário Federal pedindo o seu apoio para a aprovação dos PL's 6.613 e 6.697 de revisão salarial) e contra o PLP 549 – que limita os investimentos federais no setor público por uma década.

*Da Redação.

“Conseguimos superar as deficiências,

Foto: Arquivo pessoal

Professora cega passa em concurso para Prefeitura de Campo Grande (MS) mas não consegue ser empossada

Max Leone*

Nem com a garantia em edital de concurso público – que pela lei deve destinar 5% das vagas a pessoas com deficiência – a professora e pedagoga Telma Nantes Matos, de 43 anos, aprovada em uma seleção para a Prefeitura de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, consegue ter seu direito respeitado. Deficiente visual desde os 27 anos de idade, Telma agora briga com o município para ser empossada no cargo de professora de Educação Infantil. Ela passou em primeiro lugar no concurso de 2009, na reserva de vagas, e foi a única classificada para as cinco destinadas a deficientes. Depois da classificação, a pedagoga foi chamada para ser avaliada por uma equipe multiprofissional que, segundo a prefeitura, alegou que Telma não seria apta para exercer a função. A partir daí, ela trava uma verdadeira batalha administrativa e jurídica para ter seu direito reconhecido: o de exercer sua profissão independentemente de sua deficiência.

“A equipe olhou apenas o meu limite e não o meu potencial. Também não se preocupou em adequar os locais onde eu poderia trabalhar”, relata, garantindo que possui potencial e capacidade. Ela trabalha há dez anos com educação, é adminis-



“O prefeito chegou ao absurdo de dizer que estou mais interessada na indenização, que quero enriquecer. Dinheiro nenhum paga o que passei. Nunca vou vender minha dignidade. Represento um segmento buscando respeito para pessoas com deficiência. É uma luta maior. Isso acontece em todo o país. Quero que a minha e a dignidade de pessoas com deficiência sejam respeitadas.”

**Telma Nantes Matos
Pedagoga de Campo Grande (MS)**

tradora do Instituto Floriano Vargas, um centro de reabilitação em Campo Grande voltado para cegos.

A briga começou em fevereiro deste ano, quando a professora entrou com processo administrativo no gabinete do prefeito Nelson Trad Filho (PMDB), após ter sido considerada inapta. Ela argumentou que pelo menos deveria passar pelo estágio probatório. Saiu de lá com a promessa de que teria o parecer da equipe multiprofissional revogado e seria nomeada logo em seguida. O que não ocorreu.

A pressão e o estresse elevados resultaram em problemas nos rins da professora, que teve de ser operada às pressas. Ela foi obrigada a retirar um dos órgãos. Enquanto estava internada acabou convocada para ser nomeada. Só que a nomeação aconteceria no dia da cirurgia para extração de um dos rins. Depois, mesmo em recuperação, Telma foi submetida a uma junta médica, que solicitou laudo oftalmológico. O médico a considerou inapta. Então, a situação permaneceu a mesma, ou seja, a nomeação não saiu. “Me consideraram inapta por ser pessoa com deficiência visual. É uma atitude incoerente. O edital previa vagas para deficientes”, alega.

No mês seguinte, Telma resolveu entrar com uma ação na Justiça para garantir a posse, ser nomeada, ter condições de trabalho, além de pedir indenização por danos morais.

“O prefeito chegou ao absurdo de dizer que estou mais interessada na indenização, que quero enriquecer. Dinheiro nenhum paga o que passei. Nunca vou vender minha dignidade.

não o preconceito.”

Represento um segmento buscando respeito para pessoas com deficiência. É uma luta maior. Isso acontece em todo o país. Quero que a minha e a dignidade de pessoas com deficiência sejam respeitadas”, desabafa Telma.

Em 20 de abril, novamente foi chamada ao gabinete do prefeito para ser recebida por apenas cinco minutos. Não houve acordo. Um mês depois, nova tentativa de posse. Mas desta vez, a Procuradoria Geral do Município alegou uma pendência que era o processo judicial que Telma promovera contra a prefeitura. “Sem serem explícitos, estão querendo condicionar a posse à retirada da ação. Não vou me submeter a isso. É indiscutível o meu direito. Está na Constituição Federal. Nós deficientes conseguimos superar as deficiências, mas não o preconceito. Estou sendo discriminada por ser cega”, afirma.

Em maio, a Justiça determinou que a Prefeitura de Campo Grande empossasse a professora em 48 horas. O juiz Fernando Paes de Campos, depois de analisar a petição apresentada pela advogada Tânia Regina Noronha Cunha, que conta com a assistência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), decidiu que foi verificada uma “extrema indecisão do Executivo Municipal quanto à forma de cumprir a regra legal que manda reservar quotas aos portadores de deficiência nos concursos públicos”. Da decisão ainda cabe recurso por parte da prefeitura.

Na sentença, o juiz afirma que os 100 primeiros candidatos não deficientes aprovados para aquele cargo, foram empossa-

dos. Assim, todas as vagas previstas no edital já foram preenchidas. “Ora, a autora (professora) foi a única candidata deficiente aprovada para aquele cargo (f.67), do que decorre, salvo demonstração em contrário durante a tramitação do processo, que ela foi ilicitamente preterida, vez que, nos termos do edital, cinco por cento (5%) das vagas deveriam ser reservadas a portadores de deficiência”, observou o magistrado.

O presidente da OAB/MS, Leonardo Duarte, afirma que a decisão da prefeitura contraria a Constituição. “A existência de uma necessidade especial não pode ser um impeditivo para o exercício de cargos públicos.” Para a entidade, a pedagoga teria de “ser assistida”. “Em termos concretos, seria o caso de designar uma assistente para acompanhar as aulas e suprir eventuais necessidades”, diz.

De acordo com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Campo Grande, o edital do concurso previa que os aprovados deveriam passar por avaliação da equipe multiprofissional. E que no caso de Telma considerou que o grau de deficiência não permitiria e não seria compatível para que ela exercesse as funções em sala de aula. Segundo a assessoria, a prefeitura mostrou interesse em resolver o caso. Mas como a professora entrou com processo na Justiça, a questão saiu do campo administrativo e agora corre na esfera judicial. A assessoria ressaltou que a prefeitura tem vários servidores com deficiência.

*Da Redação.

Diretor sindical considera situação inadmissível

Foto: Henri Figueiredo



Ricardo de Azevedo Soares discursando em ato público no dia 16 de junho

O caso da pedagoga Telma Nantes de Matos é emblemático para a luta de deficientes. Na avaliação do diretor do Sisejufe e coordenador do Núcleo de Pessoas Portadoras de Deficiência do sindicato, Ricardo de Azevedo Soares, a situação é inadmissível em pleno século XXI e tendo o Brasil assinado a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – que hoje tem valor de Emenda Constitucional.

“Assim que soube do problema vivido por Telma, em Campo Grande, entrei em contato com ela para saber melhor do assunto e fiquei impressionado, mesmo já tendo vivido de perto uma série de situações envolvendo preconceito e discriminações das mais diversas matizes. O que a prefeitura vem fazendo é absurdo! As posições, tanto do prefeito, quanto da Procuradoria Geral do Município, são ilegais e antijurídicas. O procurador chega a falar em acordo feito entre prefeitura e Telma!”, diz Ricardo.

O diretor sindical, que é cego, argumenta que a capacidade ou não capacidade, a aptidão ou não aptidão para um determinado cargo devem ser verificadas durante o estágio probatório e com as condições necessárias para exercício da função. “Também não poderá haver avaliação correta e isenta se não derem as condições de trabalho e adaptações que ela necessitar. Aqui mesmo no Judiciário Federal temos casos de não darem posse a deficiente por incompatibilidade com o cargo e até onde sei este deficiente briga até hoje na justiça por conta disso. Nós do Sisejufe iremos apoiar a companheira Telma através do Núcleo das Pessoas com Deficiência até o final e irei batalhar na diretoria para aprovarmos uma moção de repúdio à atitude da Prefeitura de Campo Grande em nome do sindicato”, afirma Ricardo.

*Max Leone
Da Redação.

A desigualdade da balança no mundo do trabalho

Brasileiras trabalham 20 horas semanais a mais no ambiente do lar, mas a jornada doméstica é invisível

Tatiana Lima*

A realidade das mulheres no mundo do trabalho ainda é a do século passado. Esta foi a conclusão da gerente de Projetos de Educação e Ciência, a economista Hildete Pereira de Melo, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, na palestra “As Mulheres e o Mundo do Trabalho”. O evento foi organizado pelo Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe e aconteceu no auditório do sindicato, na noite de 14 de junho.

“A verdade é que as mulheres ainda não conseguiram vencer a barreira da defasagem salarial, mesmo tendo avançado muito no mercado”, enfatizou Hildete. Apesar da aparente igualdade entre os sexos, os salários entre homens e mulheres continuam sendo diferentes. No Brasil, a variação é de 34%, segundo o estudo publicado pela Confederação Internacional dos Sindicatos (ICFTU). Mas as dificuldades das mulheres no mundo do trabalho não param por aí. Além da brecha salarial, elas sofrem outros tipos de discriminação, como uma menor promoção da carreira profissional, a carência de po-

líticas que conciliem o trabalho e a vida familiar e a invisibilidade do trabalho reprodutivo.

A mulher brasileira declara trabalhar 20 horas semanais nas atividades do lar e da família. Já o homem, somente 8 horas. Para a economista Hildete Pereira Melo, isso é uma mostra de como o sistema capitalista pune a mulher pela sua condição reprodutiva, tornando o trabalho ligado às tarefas domésticas invisível. Desta forma, a mulher passou a desempenhar, ao longo dos anos de inserção no mercado, jornadas duplas e triplas – trabalho, família e estudos – sem receber qualquer tipo de remuneração por essas horas trabalhadas a mais ou alguma compensação.

O vídeo “As Mulheres e o Mundo do Trabalho”, produzido pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), foi exibido durante o evento e serviu de fio condutor para o debate da invisibilidade do trabalho reprodutivo e o papel da economia solidária no empreendedorismo feminino. O filme traz depoimentos de mulheres urbanas, de idades, classes e etnias distintas que usam a economia solidária para sustentar as famílias no mercado informal de trabalho.

“O trabalho é invisível porque é feito por amor e não gera uma mercadoria com valor monetário para o sistema. A reprodução da vida é de graça, não entra em nenhuma conta”, explicou Hildete. Em nossa sociedade tudo é monetarizado. Todas as transações que fazemos são permeadas pela moeda. Daí, surge a invisibilidade do trabalho reprodutivo e as disparidades de jornadas de trabalho entre homens e mulheres, de acordo com a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Para a economista, a lógica da desigualdade imposta às mulheres pelo mercado é evidente ao analisarmos o contingente de trabalhadoras bra-

sileiras no setor do trabalho doméstico. Atualmente, 23% das mulheres estão empregadas nesta área. “As mulheres de classes média e alta resolveram o problema do trabalho reprodutivo, empregando outras mulheres para fazerem este trabalho por elas. Mesmo assim, o problema foi resolvido em parte porque essas mulheres vão continuar a serem as administradoras do lar”, destacou.

Diretora sindical lembra a Resolução 156

Para a diretora sindical Cristina Paiva, coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, que mediou o debate, somente a ratificação pelo Brasil da Convenção 156, da Organização Internacional do

A 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (CEPAL) será realizada entre os dias 13 a 16 de julho, em Brasília. Este fórum intergovernamental é o mais importante em análises das políticas públicas a partir de uma perspectiva de gênero. Metade dos assuntos pautados incluíram o tema da invisibilidade do trabalho reprodutivo, que caracteriza a jornada dupla e tripla da mulher.



Força e consciência feminina: participantes da palestra “As Mulheres e o Mundo do Trabalho”, na noite de 14 de junho, no Sisejufe

Trabalho (OIT) poderá solucionar o problema da jornada dupla e tripla da mulher. A resolução trata da igualdade de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres com responsabilidade familiar. Hildete Mello concorda. Para ela, a Convenção 156 representa uma forma de combater a invisibilidade do trabalho reprodutivo. “A maternidade ocorre no corpo feminino, mas os homens não podem ser separados da reprodução e do nascimento dos filhos. A vida é uma responsabilidade de homens e mulheres, e do Estado e da sociedade como um todo”, analisa ela.

Cristina Paiva apontou que são os movimentos de mulheres e sindicatos que precisam assumir o papel de pressionar o governo para a ratificação desta convenção. “Temos que levar o abaixo-assinado pela ratificação para todos os nossos locais de trabalho ou convivência. Porque este é o principal mecanismo para a mulher obter de fato igualdade no mundo do trabalho. É necessário termos as mesmas

oportunidades, mas também o compartilhamento do trabalho reprodutivo”, concluiu. O Brasil é o único país da América Latina que ainda não ratificou a Convenção 156.

Mulheres empreendedoras

O empreendedorismo das mulheres no mercado de trabalho também foi lembrado pela economista Hildete Pereira Melo. De acordo com ela, a organização de pequenos grupos ou cooperativas para comercialização de produtos, pode ser uma forma de romper as barreiras do mundo do trabalho. Porém, como ela ressalta, primeiro é necessário que as mulheres compreendam conceitos básicos de economia. Segundo Hildete, empréstimos em bancos só devem ser realizados com o objetivo de geração de renda. “Não se pode pegar empréstimo para comprar feijão. Fique com fome, mas não pegue. Só se pega empréstimo para produzir mercadoria ou comprar outro saco de feijão para vender”, ensina.

*Da Redação.

Ideias Entrevista

“O PIB aumentaria 13% se a gente valorasse os afazeres domésticos”

Ideias – A senhora enfatiza bastante a educação financeira. Acredita que este item deveria estar incluso na grade curricular das escolas?

Hildete – Eu não diria “educação financeira”. Eu prefiro “noções de economia”. Economia deveria estar nos colégios para as pessoas saberem por que não se pode pegar empréstimo para comer. Só pode pega empréstimo se vai ser produzido algo para vender. Com estas noções de economia a vida financeira das famílias brasileiras poderia ser mais planejada.

Ideias – A senhora afirmou que o mercado não aceita a maternidade. Pode-se afirmar então, que em pleno século 21, e a mulher ainda paga uma conta alta por escolher ser mãe?

Hildete – O mercado de fato pune a maternidade. A única forma de resolver esta questão é partilhando as tarefas reprodutivas com os homens. É dividindo as tarefas domésticas. A gravidez e o parto são exclusividades do corpo feminino, mas até o aleitamento, em determinadas situações, poder ser dividido. Assim como todas as outras tarefas podem ser vividas entre homens e mulheres.

Ideias – Em relação ao trabalho reprodutivo existe uma maneira de valorá-lo?



Hildete – Sim. Por exemplo, dizendo que o PIB foi X e com os afazeres domésticos é X + 1, isso já é uma forma de mostrar para a sociedade que aquele trabalho com a reprodução da vida tem um sentido, um valor para a sociedade como um todo. Não é um valor monetário. Mas é uma expressão da felicidade, da humanidade que está reproduzindo sua vida, porque é para isso que a gente vive.

Ideias – Mas existe este dado? O PIB já foi calculado com a avaliação do trabalho reprodutivo?

Hildete – Sim, o nosso PIB aumentaria em 13% se a gente valorasse os afazeres domésticos.

Belo Monte e a soberania

Mauro Santayana*

Depois de uma batalha judicial que pode ter ainda desdobramentos, o governo colocou em licitação a construção e a concessão de exploração da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, que foi vencida pelo consórcio chefiado pela estatal Chesf. Se o governo não houvesse considerado a construção da usina uma questão de honra nacional, provavelmente os interesses estrangeiros, inimigos do nosso desenvolvimento independente, impediriam a importante obra, necessária à ocupação nacional e ao desenvolvimento da região amazônica.

Desde o século 19 os europeus e norte-americanos tentam ocupar a Amazônia, em nome da “civilização”, em nome de Deus (com os protestantes liderados pelos Rockefeller) e, mais recentemente, em nome da preservação do meio ambiente. Temos resistido com dificuldades a essa penetração. Houve governos, como o do marechal Dutra (1946-1951) que chegaram a aceitar a internacionalização da Amazônia. Outros, como Arthur Bernardes (1922-1926), ajudaram a resistir.

Antes a grande tentativa fora a do Acre: americanos e ingleses constituíram a empresa The Bolivian Syndicate e obtiveram da Bolívia o direito de constituir um estado independente na região. A empresa teria o direito de impor as suas leis no território e de cobrar impostos internos e alfandegários, em troca de 40% de toda a produção de borracha; os outros 60% seriam da Bolívia. A região se encontrava ocupada por 60 mil brasileiros, muitos dos quais se

armaram sob o comando do gaúcho Plácido de Castro. O Exército boliviano, para cumprir seus compromissos com os estrangeiros, invadiu o território e foi rechaçado. O governo brasileiro, com o chanceler Rio Branco à frente, ao mesmo tempo em que deslocava tropas para o Acre, negociou com La Paz e os acionistas do empreendimento e impôs a definitiva soberania.

Durante os últimos anos, principalmente com Collor e Fernando Henrique, a Amazônia se abriu a ONGs internacionais e à presença sempre atrevida de estrangeiros. São esses estrangeiros que – sempre pensando em preservar o território para seu uso futuro – se levantam agora contra a construção da usina de Belo Monte. Um deles é o cineasta James Cameron, autor de Avatar, um filme de ficção científica destinado, segundo alguns observadores, a preparar a opinião mundial para aceitar uma intervenção internacional na Amazônia. Cameron declarou com insolência que a ideia de seu filme veio de uma visita à Amazônia e de seu objetivo de “preservar a região”. Se um cineasta brasileiro chefiasse um protesto diante do Pentágono contra a guerra do Iraque seria preso e deportado. No Brasil ele foi festejado. E continua afirmando, com insolência, que “impedirá” a construção de Belo Monte.

Ao tomar a decisão de construir a usina contra todos esses opositores, o governo Lula reafirma a soberania sobre a Amazônia, de maneira firme. O governo tomou todas as medidas para que o impacto sobre a natureza fosse mínimo. Poucas áreas serão alagadas – e não haverá um grande lago, como o de Tucuruí ou o de Itaipu.

Os países nórdicos têm projetos seculares de ocupar a África e a América Meridional. Esse projeto se reanima com os riscos da intensa atividade vulcânica sobre o hemisfério norte



Foto de satélite da região da Volta Grande do Xingu, no Pará

Embora houvesse defensores de que se construíssem várias represas menores, a disseminação das obras agrediria mais a natureza do que uma só. A energia de Belo Monte é absolutamente necessária ao país e à melhoria da vida de centenas de milhares de brasileiros que vivem na região em situação de miséria.

Alega-se que os índios serão agredidos em sua cultura. Mas não há, a rigor, mais cultura indígena na região, ocupada por brancos, infestada de agentes dissimulados que continuam a cobiçar as riquezas amazônicas. O problema é de outra na-

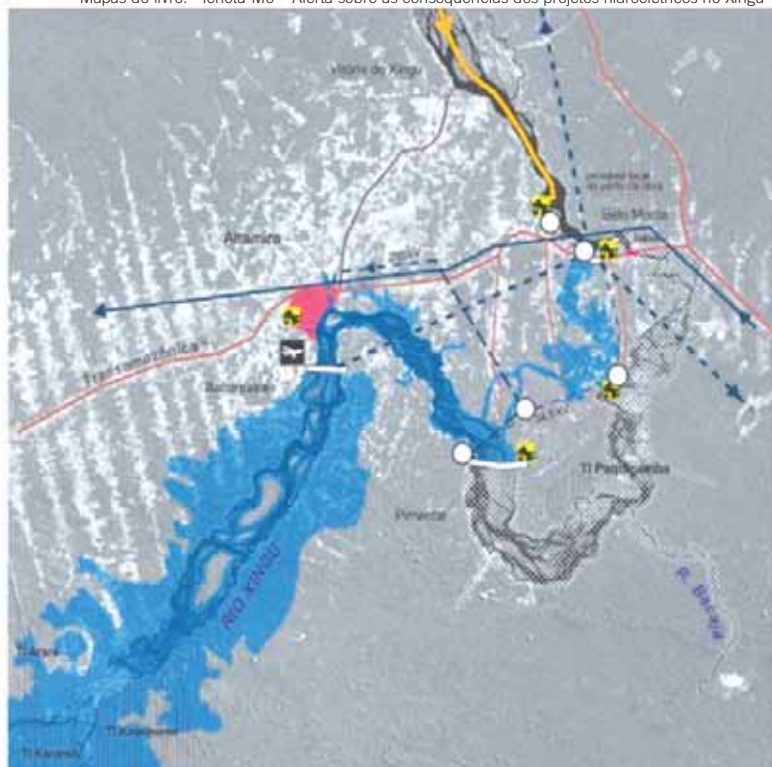
tureza, é a do espaço vital (o mesmo “espaço vital” que pariu o nazismo alemão). Os países nórdicos têm projetos seculares de ocupar o sul do mundo – os dois grandes continentes da África e da América Meridional. Esse projeto se reanima agora, com a probabilidade de que a intensa atividade vulcânica esperada no hemisfério norte torne inabitável grande parte da Europa e da América do Norte. Não podemos transigir, para não voltarmos a ser colônias.

*Revista do Brasil nº 47.

A triste história da usina

Pensada no regime militar, ressuscitada durante o apagão do governo tucano e levada adiante no petista, a usina tem tudo para deixar para o país uma herança de amargar

Mapas do livro: "Tenotã-Mó – Alerta sobre as consequências dos projetos hidroelétricos no Xingu"



Consequências que a região sofreria com alagamentos

Greenpeace*

Belo Monte, no rio Xingu onde o governo Lula pretende plantar a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, tem uma história recente muito feia. Ela começou em 1979, quando técnicos do governo federal terminaram estudos concluindo sobre a viabilidade da construção de cinco barragens no Xingu e uma no rio Iriri. O desastre social e ambiental provocado pela construção de Itaipu, no rio Paraná, que deslocou milhares de pessoas e afogou um de nossos mais relevantes Parques Nacionais, o de Sete Quedas, aliado à crise financeira

pela qual o Brasil então passava, deixou os planos de Belo Monte esquecidos no armário.

O governo de José Sarney ensaiou desengavetá-los, mas diante dos impactos que o plano original provocaria no meio ambiente e das dúvidas sobre o custo da obra preferiu que eles continuassem trancados. Pesou muito na decisão de Sarney a consolidação da resistência dos povos indígenas do Xingu à obra. Eles sempre foram contrários à usina. Mas em 1989, eles se reuniram no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e conseguiram repercussão internacional de sua luta, fazendo o governo

recuar para uma revisão dos planos. A porta para a hidrelétrica abriu-se novamente durante o apagão no governo Fernando Henrique.

A envergadura original do projeto foi reduzida. Da proposta inicial de cinco barragens, ficou-se com uma. E para usina, ao invés das convencionais, decidiu-se usar turbinas bulbo, que operam a fio d'água e exigem menor área de alagamento. Isso diminuiu, mas não tornou o impacto da obra mais aceitável. Ela vai causar um desmatamento de quase 12 mil hectares. Seus efeitos sobre a fauna, a biodiversidade e sobre os indígenas que dependem do Xingu para sua sobrevivência, segundo técnicos do Ibama, ainda estão longe de terem sido adequadamente avaliados. (...)

Em relação à energia que Belo Monte vai gerar, parece não haver muito mais dúvida. Ela será incapaz de produzir os 11 mil megawatts de energia que o governo promete. Por conta do que o empresariado envolvido chama de 'concessões' ao meio ambiente – aliás insuficientes para dirimir os danos que ela vai causar – a previsão é que sua geração fique em torno dos 4 mil megawatts/ano. Apesar de tantos questionamentos, vindos de tudo quanto é lado, Lula disse dias atrás que faria Belo Monte na 'lei ou na marra'. Pelo que andou saindo na imprensa ultimamente, o presidente optou pela segunda opção.

Forçou a entrada de empresas e fundos de pensão no leilão e, para aplacar sua má-vontade em relação ao negócio, meteu sem nenhum dó a mão no bolso do contribuinte. (...) Tudo indica que mesmo diminuído, o projeto de Belo Monte tem tudo para se transformar num desastre ambiental numa região considerada de alta biodiversidade.

A obra exige a escavação de canais de 30 quilômetros de extensão. O volume da escavação será de cerca de 230 milhões de m³ de terra, maior do que o Canal do Panamá. Ela também exigirá a abertura de 260 quilômetros de estradas para vários pontos do canteiro. Concluída, Belo Monte vai deslocar 20 mil pessoas para lugares que ninguém claramente diz quais são. Esse é apenas o impacto social direto. Ninguém sabe, certamente não no governo, qual a envergadura dos efeitos da obra em populações que vivem mais distantes da futura usina e que dependem de um Xingu cuja vazão, isso já se sabe, será severamente afetada.

Por que o governo decidiu mexer num projeto tão polêmico, e que justamente por isso dormiu por tanto tempo nos escaninhos oficiais de Brasília justamente agora, a meses de uma eleição presidencial? Não se sabe. Lula vem defendendo a obra com argumentação nacionalista antiquada, dizendo que "eles já destruíram a floresta deles", e insistindo que vai fazê-la não importa a oposição. (...) Fala em apagão, possibilidade inexistente neste momento, e que a energia de Belo Monte vai garantir o conforto da população no Sul e Sudeste do país, o que é uma falsidade. Transmitir a energia gerada na região Norte para outras do país não só é ineficiente, como exigiria investimentos em linhas de transmissão que nesse momento não serão feitos. O grosso do que Belo Monte gerar vai alimentar indústrias eletro intensivas como mineradoras e siderúrgicas, que produzem matéria-prima para exportação. Na verdade, estaremos pagando para o benefício de empresários e outros países que precisam de nossos minérios e aço para sustentar seu crescimento, como a China.

Oriente Médio: a paz cada vez mais distante

O Oriente Médio é hoje a região mais tensa e complexa para se analisar do mundo. A paz por lá está cada vez mais distante como indica o noticiário diário. Nestes dias, um dos lados, no caso o governo israelense, passou dos limites em matéria de violência ao impedir a passagem de uma flotilha com bandeira turca conduzindo cerca de 800 pessoas que levavam ajuda humanitária a Gaza, área bloqueada por Israel há quase três anos onde um milhão e meio de palestinos vivem em condições sub-humanas encontrando dificuldades de acesso a medicamentos, atendimento hospitalar e mesmo alimentação.

Mário Augusto Jakobskind*

O panorama é desolador e o objetivo do bloqueio imposto por Israel de derrubar o governo eleito democraticamente do grupo político não é atingido. Ao contrário, o cerco israelense só fez consolidar o apoio popular ao Hamas e aumentar o ódio dos palestinos ao país causador de tanta desgraça e humilhação.

Nos últimos quase dois anos, o quadro agravou-se depois da ascensão ao poder do governo de extrema direita comandado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e que tem como ministro do Exterior, Avigdor Lieberman, um emigrante da ex-República Soviética da Moldávia, uma figura truculenta e que já defendeu publicamente o extermínio dos palestinos. Lieberman, que veio de uma região onde os ju-

deus sofreram no início do século passado, mais precisamente na época do czarismo, perseguições e violências nos pogroms¹, hoje prega o mesmo tipo de ação contra os palestinos. É, portanto, uma figura pernicioso e um obstáculo para qualquer tipo de entendimento entre israelenses e palestinos.

É neste quadro, agravado com o apoio incondicional dos Estados Unidos, que os sucessivos governos de Israel agem. Contam com a impunidade que se manifesta nos vetos estadunidenses no Conselho de Segurança das Nações Unidas para a adoção de medidas mais enérgicas contra o país que tem um forte lobby no país que o protege.

Aí cabe um parêntesis para tentar entender melhor o motivo pelo qual Israel age de forma truculenta contra os pales-

tinios e absolutamente nada acontece, no máximo alguma tímida nota de protesto sem efeito prático. O exemplo mais recente ocorreu agora depois da violência cometida contra um dos barcos da flotilha em águas internacionais. O Conselho de Segurança protestou, mas na hora de tomar alguma medida efetiva, inclusive a exigência da formação de uma comissão internacional para investigar a ação militar do Exército de Israel que provocou nove mortos (números oficiais, embora haja denúncias de que o comando israelense teria jogado corpos ao mar), nada de concreto aconteceu.

Os sionistas, ou seja, os seguidores do nacionalismo judaico, com a colaboração efetiva do lobby judaico estadunidense, utilizam como argumento a chantagem emocional, ou seja, qualquer crítica a Israel, inclusive partida de judeus progressistas, é imediatamente tachada de antissemita.

Na verdade, esses setores se aproveitam da tragédia da II Guerra Mundial representada pela barbárie nazista para impor à força o seu ponto de vista. O Ocidente, que ainda guarda um complexo de culpa pela tragédia sofrida pelos judeus no início dos anos 40, acaba aceitando passivamente a violência de Israel contra os palestinos.

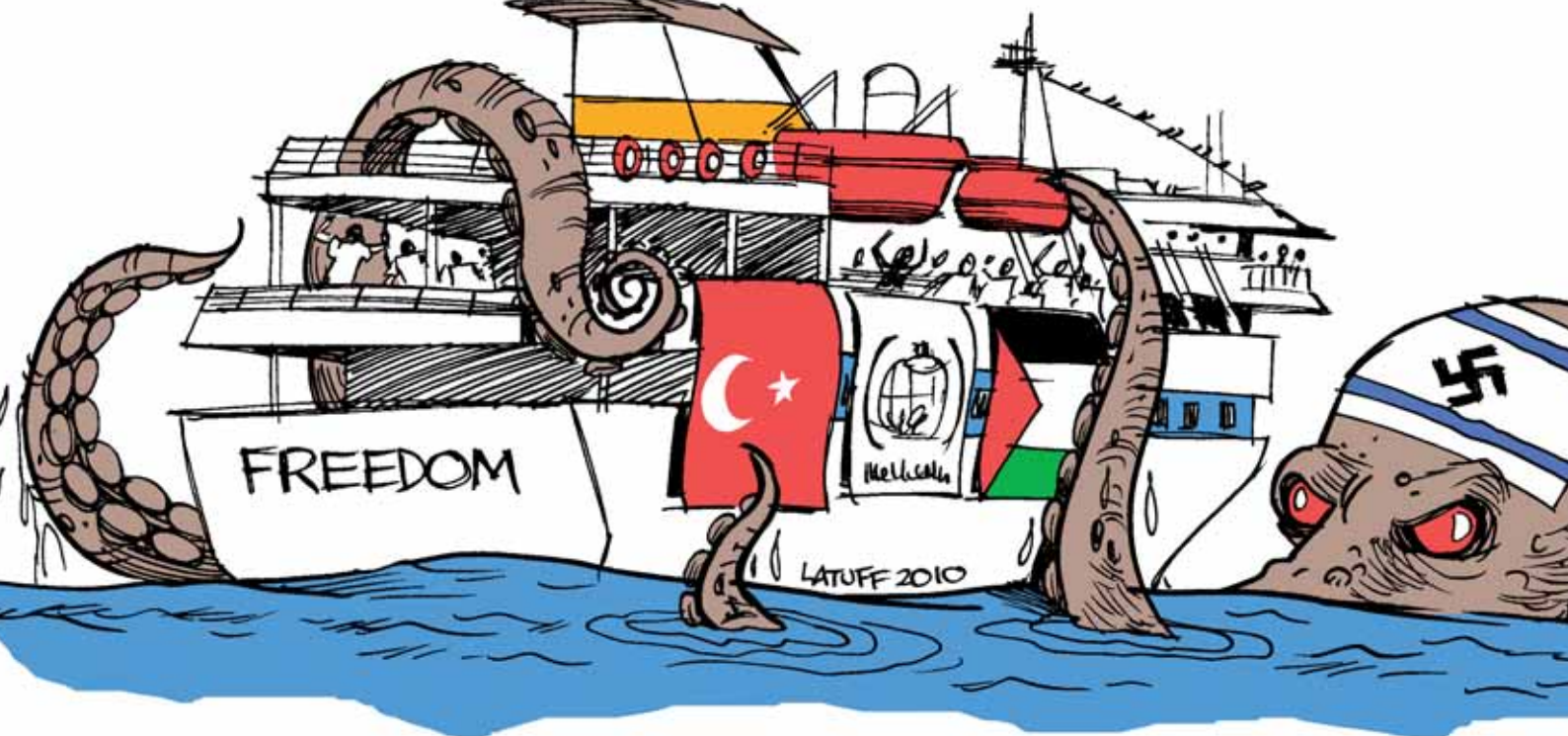
E onde entra o lobby judaico dos Estados Unidos? Antes de mais nada, vale lembrar que os judeus estadunidenses praticamente não foram afetados pela barbárie nazista. Na II Guerra Mundial, a maioria absoluta dos judeus vítimas das atrocidades integravam grupos de menor

poder aquisitivo ou que professavam o ideário socialista. Isso aconteceu na própria Alemanha, na Polônia, na Hungria, na antiga Tchecoslováquia e demais países europeus, sobretudo do Leste*. O III Reich praticamente dizimou a esquerda judaica, que sempre teve pouca representação entre os estadunidenses dessa origem.

Nas análises desse período, esse fato é pouco lembrado e mesmo omitido por historiadores, principalmente pelos atuais adeptos da ideologia sionista. Essa omissão é deliberada e serve aos interesses da direita israelense.

Para se tentar entender ainda mais a questão é necessário lembrar que entre os seguidores do ideário socialista existem os que praticam o que Lenin denominava de “socialismo dos tolos”, ou seja, socialistas adeptos do antissemitismo. Os socialistas tolos, na prática, fazem o jogo do sionismo, que se alimenta exatamente do antissemitismo ainda existente em várias partes do mundo, inclusive com a repetição de receituários encontrados no documento forjado pelo serviço secreto do czarismo: Protocolos dos Sábios de Sião.

A direita de Israel, para justificar suas ações, age na base do terrorismo de Estado, como assinala o escritor uruguaio Eduardo Galeano, “fabricando terroristas, semeando ódios e colhendo álibis”. E a carnificina em Gaza, inclusive anterior ao ocorrido agora em águas internacionais com a flotilha, em vez de acabar com os terroristas, conseguirá multiplicá-los.



Como observou o cineasta Silvio Tendler em sua carta aberta ao governo de Netanyahu, “as iniciativas contra a paz tomadas pelo governo de Israel veem tornando cotidianamente a sobrevivência na Palestina em Israel cada vez mais insuportável”.

Como se tudo isso não bastasse, para agravar o quadro, o governo israelense tem incentivado a criação de assentamentos nos territórios ocupados da Palestina, assentamentos estes ocupados sobretudo por estadunidenses de origem judaica que professam o ideário do Grande Israel, ou seja, do expansionismo com a ocupação pela eternidade de territórios supostamente sagrados pertencentes ao povo palestino.

Em suma, como diria Silvio Tendler, “já faz tempo que sinto vergonha das ocupações indecentes praticadas por colonos judeus em território palestino. Que dizer agora do bombardeio do navio com bandeira turca que leva alimentos para nossos irmãos palestinos? Vergonha, três vezes vergonha!”.

*Jornalista e escritor.

¹ - O autor deste artigo perdeu parte da família em campos de concentração nazistas erguidos na Polônia.

Para se tentar entender ainda mais a questão é necessário lembrar que entre os seguidores do ideário socialista existem os que praticam o que Lenin denominava de “socialismo dos tolos”, ou seja, socialistas adeptos do antissemitismo. Os socialistas tolos, na prática, fazem o jogo do sionismo, que se alimenta exatamente do antissemitismo ainda existente em várias partes do mundo, inclusive com a repetição de receituários encontrados no documento forjado pelo serviço secreto do czarismo, Protocolos dos Sábios de Sião.

Missão diplomática israelense protesta contra publicação de charge no Egito

CAIRO (Reuters) – A embaixada israelense enviou nota ao jornal do partido do governo no Egito em protesto contra publicação de uma charge que compara Israel aos nazistas, uma reação pouco comum daquela representação que normalmente ignora críticas da mídia egípcia.

O jornal Al-Watani al-Youm publicou uma charge no dia 15 de junho mostrando um navio de ajuda humanitária provavelmente seguindo rumo a Gaza sendo agarrado por um polvo que leva a bandeira de Israel, com a suástica ao invés da Estrela de Davi. O semanário é o órgão oficial do Partido Nacional Democrata, do presidente Hosni Mubarak.

“A embaixada israelense decidiu comentar especificamente sobre esta caricatura por causa da comparação entre Israel e o nazismo” disse a porta-voz Shani Cooper-Zubida a Reuters.

“São muitos os comentários e caricaturas antissemitas na imprensa egípcia que preferimos não comentar. Essa em particular não se trata de oposição legítima a política israelense e sim difamação” afirmou ela em resposta enviada por e-mail.

O cartunista, Carlos Latuff, um brasileiro, disse numa mensagem enviada a Reuters: “O embaixador israelense poderia demonstrar o mesmo interesse que tem pelos meus cartuns pelas vidas dos ativistas mortos na Frota da Liberdade”.

“Acusações de antissemitismo são uma manjada estratégia do governo de Israel e seus apoiadores no sentido de neutralizar qualquer crítica ao apartheid israelense. Essas alegações maliciosas, contudo, não irão me

impedir de continuar produzindo minhas charges em favor do valente povo palestino,” acrescentou.

Em 1979, o Egito tornou-se o primeiro estado árabe a assinar um acordo de paz com Israel, mas as relações entre os dois países têm esfriado constantemente. O assalto à frota de ajuda humanitária a Gaza, em maio, por forças israelenses onde 9 ativistas morreram gerou críticas no Egito e pelo mundo.

A frota pretendia quebrar o bloqueio à Gaza imposto por Israel. Egito, único país árabe que faz fronteira com Gaza, tem sido criticado pela opinião pública árabe por também impor restrições. Hoje parte destas restrições foram suspensas.

“A escolha da suástica nazista na charge é um insulto à humanidade e equivale à uma declaração antissemita”, disse a embaixada em carta enviada ao jornal e repassada à Reuters. O editor Mohammad el-Alfy num editorial defendeu a posição de seu jornal, dizendo se tratar de uma questão de liberdade de expressão.

O presidente do Egito e demais representantes do governo têm frequentes reuniões com os israelenses, mas o governo costuma ser crítico às políticas de Israel. A imprensa do Egito e a opinião pública são os que criticam mais claramente, em particular com referência à relação de Israel com os palestinos. O ataque à Frota da Liberdade foi alvo de críticas na mídia egípcia.

Reportagem de Yasmine Saleh, edição de Edmund Blair e Peter Graff – 28 de junho de 2010. Tradução: Carlos Latuff.

PNDH3: a grande mídia vence mais uma

O curto período entre 21 de dezembro de 2009 e 12 de maio de 2010 foi suficiente para que militares, ruralistas, Igreja Católica e a grande mídia conseguissem que o governo recuasse em todos os pontos de seu interesse contidos na terceira versão do PNDH

Venício Lima*

O curto período de menos de cinco meses compreendido entre 21 de dezembro de 2009 e 12 de maio de 2010 foi suficiente para que as forças políticas que, de fato, há décadas, exercem influência determinante sobre as decisões do Estado no Brasil, conseguissem que o governo recuasse em todos os pontos de seu interesse contidos na terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (Decreto n. 7.037/2009). Refiro-me, por óbvio aos militares, aos ruralistas, à Igreja Católica e, sobretudo, à grande mídia.

Em editorial com o sugestivo título de “O Poder da Pressão”, publicado no dia 15 de maio, o jornal O Globo não poderia ter sido mais explícito. Para o jornalão carioca, os interesses dessas forças políticas são confundidos deliberadamente com “um forte sentimento coletivo” e com o interesse da “sociedade”. Afirma o editorial:

“Decorridos cinco meses do seu lançamento, o PNDH foi alvo de críticas de militares, da Igreja, de agricultores e de órgãos de comunicação, pela visão unilateral com que abordava questões polêmicas. Entre estas, a atuação dos órgãos de segurança durante o regime militar de 64, o aborto, as invasões de terra e a liberdade de expressão. (...) O recuo do Planalto não deixa de corresponder a uma vitória significativa da sociedade, cujo poder de pressão ficou evidente no episódio.”

Direito à Comunicação

No que se refere especificamente ao direito à comunicação, o novo Decreto mantém a ação programática (letra a) da Diretriz 22 que propõe “a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados”. Agora, no entanto, foram excluídas as eventuais penalidades previstas no caso de desrespeito às regras definidas. Foi também excluída a letra d, que propunha a elaboração de “critérios de acompanhamento editorial” para a criação de um ranking nacional de veículos de comunicação.

Abaixo o que foi alterado:

Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Objetivo Estratégico I:

Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.

Ações Programáticas:

Era assim:

a) Propor a criação de marco legal regulamentando o art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, per-

mitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.

Ficou assim:

a) Propor a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados.

(...)

A ação programática contida na letra d foi revogada:

d) Elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.

O poder da grande mídia

Na verdade, os principais grupos de mídia atingiram seus objetivos em período ainda menor do que o necessário para as outras forças políticas: entre 8 de janeiro e 12 de maio, pouco mais do que quatro meses. Na primeira data foi publicada uma Nota à Imprensa conjunta, assinada pela ABERT, pela ANJ e pela ANER. A Nota terminava afirmando:

“As associações representativas dos meios de comunicação

brasileiros esperam que as restrições à liberdade de expressão contidas no decreto sejam extintas, em benefício da democracia e de toda a sociedade.”

Agora, logo depois da publicação das alterações do plano (Decreto n. 7.177/2010), as mesmas entidades voltam a publicar Nota à Imprensa, dessa vez considerando “louvável” o recuo do governo.

“As associações representativas dos meios de comunicação brasileiros consideram louvável a iniciativa do governo de suprimir pontos críticos que ameaçavam a liberdade de expressão do Decreto nº 7.037, que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3.”

Não vou repetir aqui os argumentos de que o PNDH3 original não propunha nada que fosse inconstitucional ou que ameaçasse a liberdade de expressão ou a liberdade de imprensa. Registro apenas que a realidade fala mais alto e confirma que ainda não foi dessa vez que o interesse público prevaleceu sobre os interesses da grande mídia.

E, assim, caminhamos.

*Professor titular de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado) e autor, dentre outros, de *Liberdade de Expressão vs. Liberdade de Imprensa – Direito à Comunicação e Democracia*, Publisher, 2010.

A segunda tortura de Eros Grau

Com seu voto, Eros Grau ficou-se frente ao passado, garantindo ao torturador seu segundo êxito. Há fantasmas que sempre reaparecem com recados políticos claros. Não é de bom tom rezar as orações que eles pedem.

Gilson Caroni Filho*

Por sete votos a dois, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu arquivar a ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que contestava a Lei da Anistia, mantendo vedada a possibilidade de processar torturadores. Já que, tal como no poema de Bandeira, a decisão assegura que a única coisa a fazer é tocar “um tango argentino”, vale a pena analisar a lógica do voto do relator, ministro Eros Grau que, na ditadura, foi preso e torturado nas dependências do DOI-CODI.

Para ele, a lei foi fiadora de uma “transição pacífica para a democracia” e não pode ser julgada com lógica de outra época, senão a do regime militar. Talvez, mesmo invocando o poeta Mario Benedetti, Eros Grau tenha se esquecido de alguns detalhes sobre a “lógica da época”. Vivíamos uma ditadura que nasceu e se afirmou como contrarrevolução. Um golpe que expressou a reação de um bloco de poder às reivindicações, lutas e conquistas de operários, mineiros, camponeses e outras categorias do mundo do trabalho.

Em geral, os golpistas também estavam combatendo as propostas e realizações de movimentos e governos de cunho reformista. A ascensão das classes sociais subalternas, tanto agrárias como urbanas, como possíveis sujeitos de reformas sociais e democráticas, precipitou a reação em moldes militaristas. Para atingir seus propósitos, principalmente a partir de 1968, o poder estatal, enquanto monopólio da violência, alargou sua ação por todos os círculos da vida privada, anulando, na prática, o espaço do privado. O terror e a barbárie espalharam-se pelo tecido social da sociedade civil até os mais dis-



tantes recantos e poros. Como falar em negociação nesse cenário? Quais os termos em que se daria? Há pacto possível entre algozes e totalidades desconstruídas pela negação de sua própria humanidade?

A questão da legalidade da ditadura toma-se crucial porque o terror não foi excesso de funcionários sádicos – embora, óbvio, eles existissem –, mas metodologia de Estado. Foi para viabilizar um modelo de capitalismo monopolista dependente que se estruturou a Doutrina da Segurança Nacional e a Lei de Segurança que dela decorreu. Os comandos militares, com apoio de conhecidos grupos empresariais, fizeram do anticomunismo paranoico a razão em nome

da qual procuraram justificar os crimes perpetrados. Para empreender a luta contra o que chamavam de subversão, instalou-se no país uma desapiadada máquina repressiva, capaz de todas as violências e de todos os horrores.

Sequestrou-se à vontade, sumiu-se com muita gente, torturou-se, e matou-se sob o pretexto de dar combate ao comunismo. A isso tudo, uma parcela da esquerda se opôs tanto em 1968 e na década de 1970, com a resistência armada, como posteriormente, a partir de 1974, com a ascensão do movimento democrático de massas. Estava claro que o terror era instrumento imprescindível para a imposição de uma política de concen-

tração de renda e da entrega da economia nacional ao estrangeiro.

O ex-militante do PCB, hoje juiz do Supremo, está correto quando pondera que “era ceder e sobreviver ou não ceder em continuar a viver em angústia. Em alguns casos, nem mesmo viver”. Mas incorre em erro ao afirmar que “quando se deseja negar o acordo político que efetivamente existiu, resultam fustigados os que manifestaram politicamente em nome dos subversivos”. Com efeito, Eros Grau parece não se dar conta de que para acalantar esperanças, ficamos o dado da experiência. Parece ter desaprendido que, em política, o formal não corresponde ao real. A realidade, a nova realidade, pode, de repente, impor ritmos e decisões que uma análise puramente formalista da situação não só não apreende como acaba por produzir um equívoco deplorável.

Nos novos tempos, o jogo político aberto, que só é aprofundado com a permanente participação popular, demonstra sua força de condutor concreto da vida nacional. Evitar bloqueios e desvios que tantos já comem a temer era o papel que se esperava do STF. Ao não rever, dentro de sua competência constitucional, a Lei da Anistia, absolveu o regime militar de suas mais tenebrosas patologias.

Talvez, além de Benedetti, o relator devesse ter lido um trecho de belo artigo de Hélio Pellegrino (*): “o corpo, na tortura, nos acua para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos, fiéis aos valores que compõem o nosso sistema de crenças”.

Com seu voto, Eros Grau ficou-se frente ao passado, garantindo ao torturador seu segundo êxito. Há fantasmas que sempre reaparecem com recados políticos claros. Não é de bom tom rezar as orações que eles pedem. O antigo militante revisitou, togado, as dependências do terror. Um retorno tramado por capitulação que se disfarça de consciência jurídico-política.

(*) O texto citado encontra-se na coletânea “A burrice do demônio”, publicado pela editora Rocco, em 1988.

*Professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, colunista da Carta Maior.



Com o jogo globalizado pelas TVs, dominado pelo dinheiro e pela política, e equipes comandadas por treinadores retranqueiros, resta aos brasileiros apaixonados pelo bom futebol e aos comentaristas esportivos discutir se a bola é boa ou não...



SÃO PAULO – É tempo de Copa do Mundo no País do Futebol. A excitação no comércio, o frenesi nas ruas, as discussões nos bares, tudo gira em torno dos jogos que pela primeira vez são na África. É a Pátria de Chuteiras encobrendo inclusive as notícias da política pouco antes da única eleição presidencial desde a retomada da democracia em que o nome de Lula não vai aparecer na cédula/tela de votação. Não chega a ser surpreendente, afinal são muitas as histórias de esquerdistas torcendo escondido pela Seleção Canarinho de 1970 no auge da repressão e da ditadura. Até o Casseta & Planeta, do neo-reacionário Marcelo Madureira, fez piada disso no cinema.

Mas resta ainda decifrar porque somos todos, não só os brasileiros, tão patriotas em frente às TVs e nas arquibancadas geladas das cidades sul-africanas.

E o perigo das construções maniqueístas e *marketeiras* das “grandes rivalidades”. Se fossem realmente históricas, nosso maior rival deveria ser o Uruguai, que tirou da taça das mãos e dos pés do Brasil em pleno Maracanã em 1950, e não a Argentina. Ainda assim, nenhuma propaganda de cerveja apela para os nossos “instintos” contra os italianos, responsáveis por nossa eliminação em 1938 e em 1982 pela queda do melhor time brasileiro desde 1970, nem contra os franceses que nos derrubaram em 1986 e 2006 e humilharam na ainda hoje suspeita final de 1998. Contudo, não deixou de ser gostoso ver essas seleções eliminadas na primeira fase da Copa atual sem nenhuma vitória sequer.

Numa cidade como São Paulo, de tantos imigrantes portugueses, espanhóis, alemães, italianos e japoneses, não há agressivida-

des evidentes nas ruas e restaurantes contra esses estrangeiros. “As piadas são sempre sobre os colonizadores e as rivalidades entre os vizinhos”, ensina o jornalista e geógrafo Mouzar Benedito, que ainda se lembra de ouvir os jogos da Copa de 1958 nos auto-falantes da praça de Nova Resende, na Minas Gerais onde nasceu. “Conta-se, por exemplo, que as disputas de São Félix e Cachoeira, separadas pelo rio Paraguai na Bahia, datariam da invasão holandesa em 1624 quando os sanfelixtas precisaram da ajuda dos cachoeiranos para expulsarem os estrangeiros. Durante todo o século XX, especialmente no período da ditadura, os governos tentavam apaziguar os ânimos entre as cidades com jogos de futebol que muitas vezes terminavam em pancadaria”.

De fato, apesar de todas as teorias sobre os jogos como subs-

titutos menos violentos das batalhas, é estranha a forte ligação que temos entre futebol e patriotismo. Basta ver Honduras, que entrou em guerra com El Salvador por causa de uma partida de futebol. Mas por quê o melhor jogador do mundo, Lionel Messi, que nunca jogou profissionalmente na Argentina e defende o time do Barcelona desde os 13 anos de idade, seria mais “argentino” do que seriam “brasileiros” jogadores como Pepe, Liédson e Deco da seleção Portuguesa, Marcos Senna do time espanhol, Cacau do selecionado alemão e Amauri da equipe italiana? Suas fidelidades à nação onde nasceram parecem menos valiosas do que os milhões de euros de seus passes e a oportunidade de disputarem a Copa independente das cores da camisa. Do mesmo modo, que relação com o Brasil verdadeiramente ainda manteriam os 20 convocados por Dunga que atuam no exterior? Dos chamados para o mundial na África do Sul, apenas Gilberto (Cruzeiro), Kleberson (Flamengo) e Robinho (Santos) jogam em gramados nacionais, sendo que o último voltou somente em fevereiro desse ano vindo do Manchester City inglês, e a princípio por seis meses.

Por outro lado, para quem viaja a regiões de risco mundo afora, é inegável a proteção dada pela camisa amarelinha. Um caso típico foi nossa entrada na Caxemira ocupada pela Índia sob o falso pretexto de “casal em lua de mel”. No conturbado período de eleições e com vários grupos separatistas, guerrilheiros e



Fotos: Vinicius Souza/Maria Eugênia Sá

até terroristas tentando boicotar ou impedir o comumente fraudado pleito, enfrentamos mais de 40 minutos de interrogatório militar no pequeno aeroporto local. O capitão não “engolia” nossa história e mandou abrir e revirar todas as bagagens. Segundos antes da quinta mala ser aberta (para expor seis câmeras fotográficas, 100 rolos de filme e diversas informações sobre política) um soldado apontava para mim e dizia ao superior: “veja, Brasil, futebol, Pelé, Ronaldo, Maradona...”. Liberados, nem por um minuto tentamos desfazer o equívoco e contar que “la mano de Dios” não é exatamente um brasileiro. Mas por precaução, voltamos a Nova Déli por terra depois de nos livrarmos de boa parte dos imensos relatórios de violações de direitos humanos no território

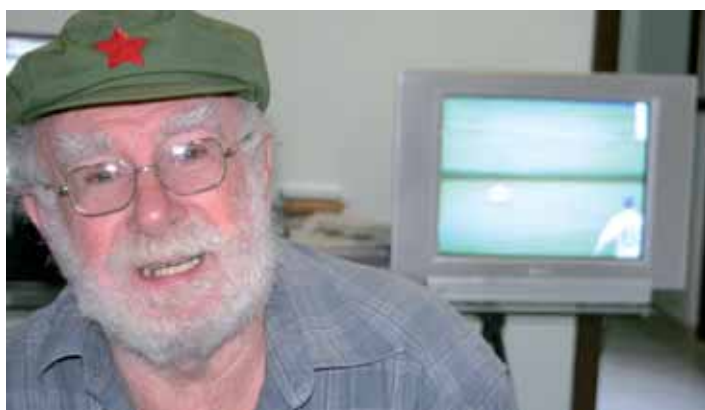
que nos foram entregues por Syed Ali Geelani, presidente da All Parties Hurriyat Conference, organização que reúne os principais partidos e grupos separatistas.

A partir da Copa do México, a de 1970 com a TV via satélite e de 1986 a decisiva atuação do brasileiro João Havelange que foi presidente da FIFA por 24 anos, o torneio se transformou em um negócio globalizado que movimenta cerca de US\$ 250 bilhões por ano. Nesse mercado planetário, não é incomum encontrar marcas transnacionais produzindo campanhas idênticas para seus produtos no Brasil e na Argentina, trocando apenas o idioma e as camisas dos protagonistas para explorar a suposta rivalidade futebolística entre os dois povos. Na política, metáforas com o mundo da bola não são exclusividade do Presidente Lula. Reza a lenda, que em visitas a Pernambuco José Serra teria, em momentos e para públicos diferentes, se declarado torcedor ora do Náutico, ora do Sport Recife. Isso sem falar na discussão sobre se o estádio do São Paulo, o Morumbi, irá ou não sediar a abertura do mundial de 2014. Enquanto isso, o presidente do Corinthians e chefe da delegação brasileira na África do Sul, Andrés Sanchez, continua afirmando que o time terá, final-

mente, sua própria arena para próxima Copa.

Com a também polêmica Jabulani, como foi denominada a bola desse mundial em referência à palavra em língua Zulu para “celebração” ou “celebrar”, poucas vezes chegando às redes na primeira fase da Copa, está consagrado o jogo retranqueiro. “É a vitória do estilo europeu, especialmente italiano, de jogar e tão apreciado por treinadores da estirpe de um Parreira e mesmo de um Dunga”, provoca o bancário Paulo Francisco Souza. “A disputa fica tão igual, feia e travada, que resta aos comentaristas de esporte falar mal da bola...”.

*Jornalistas.



Mouzar Benedito:



O poste mijou no cachorro: TRT reprime greve

Recebi uma carta do primo de Nataniel Jebão ¹, Socrátikus Aristocrátikus, em que ele elogia a Presidência do TRT pelas medidas tomadas durante a greve naquele tribunal. A transcrevo:

“Distinto jornalista esquerdofrênico Fulgêncio Pedra Branca (este nominho, venha cá, parece nome de Centro de Mesa Branca...), nem tudo está perdido! A conspiração judaicomunista que pretende solapar os alicerces de nossa civilização cristã *occidental* não há contaminado ainda a todos. Contamos ainda com grandes vultos históricos que, na melhor tradição orleanista, publicam atos de alto valor patriótico.

Consigno então, para esse pasquim metido à besta em que escreves, que o TRT do Rio, que agora rebatizo como TRP – Tribunal Regional dos Patrões (aqueles seres altivos que com seu suor, desde a época que exploravam os escravos, vêm, de suas liteiras, erguendo a nação) deu dura liça durante esta balbúrdia, cognominada greve, na turba ignara.

Um ato à altura da Redentora que, nostálgico, me faz evocar o grandioso AI-5. Começo por algo que Pontes de Miranda aprovaria: a Ordem de Serviço 01/2010 – que instituiu comissão de guardiães da ordem a espionar,



flagrar e delatar os arruaceiros grevistas. Assim também se agia na terra do grande senador Joseph McCarthy, nos anos 50, quando sindicalista bom era sindicalista morto, preso ou exilado.

Não bastasse isso para exaltar a extraordinária vocação monárquica de tão Egrégio Tribunal Patronal houve, na continuidade, a extensão de um outro Ato Patriótico Monarquista: o Ato 258. Todavia, como nem tudo é perfeito, tal ato ainda dava possibilidade a 20% de famigerados funci-

onários públicos pararem (!) anarquicamente os seus devidos (e muito bem pagos!) serviços.

O Brasil (com Z porque, como quis FH com a Petrobrax, precisamos avançar no mundo globalizado) ainda tem jeito. Em nossas hostes ainda resistem patriotas, como Olavo de Carvalho, que lembram com o devido respeito a boa política das capitânicas hereditárias e que podem prescindir do suicídio diante do risco da terrorista Dilma assumir a Presidência da República: caríssimos, enquanto hou-

Assim também se agia na terra do grande senador Joseph McCarthy, nos anos 50, quando sindicalista bom era sindicalista morto, preso ou exilado.

ver corajosos que publicam a O.S. 01 e o Ato 258, nós, defensores da Oligarquia Monárquica, manteremos nossas esperanças! Despeço-me, caro esquerdofrênico, confiante num futuro melhor!”

Pensei que era gozação e fui averiguar se os fatos propalados pelo defensor das elites enxotadas do poder eram verdadeiros. Foi difícil crer que um TRT assim tratasse seus servidores. Constatei, porém, que tudo que ele disse era verdade e meus últimos cabelos se arrepiaram e ameaçaram cair... Um Tribunal do Trabalho punindo grevistas e criando comissão macarthista? Pa-rem o mundo porque o poste está mijando no cachorro!

¹ Nataniel Jebão foi uma entidade criada pelo escritor e colaborador de Ideias em Revista Fausto Wolff (1940-2008). Jebão, amigo íntimo de Fulgêncio, publicava seus escritos na já falecida revista Bundas, de Ziraldo e Cia.

Presidente do TRT sustenta ato de perseguição a servidores

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, Aloysio Santos, publicou na intranet do tribunal nota em que demonstra a intenção de perseguição ao sustentar o corte o ponto dos servidores que participam da greve

Santos alega ser uma orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mas, na verdade, o que o STJ concedeu foi uma liminar que ainda não teve seu mérito julgado e que vai contra a pró-

pria posição do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à greve. O desembargador mandou cortar o ponto dos grevistas no dia 2 de junho, um dia depois de 80% dos servidores da Justiça do Trabalho de Primeira Instância terem aderido à greve. Entretanto, na nota publicada, Santos diz que não foi necessário aplicar no TRT tal medida porque a maioria dos servidores do TRT teriam cumprido com seu dever e não teriam aderido ao movimento paredista. Repetindo: no dia 2 de junho, a grande maioria dos servidores da Justiça do Trabalho de 1ª Instância aderiram à greve.

Para a direção do Sisejufe, a nota do desembargador é uma provocação aos servidores porque ele estende o Ato 258 do TST, de corte de ponto, o que já ficou claro que não era obrigatório; se nega a fazer compensação, persegue os grevistas e, ainda, tenta fazer crer que não houve adesão à greve. “O Sisejufe reitera a legalidade da greve, o direito legítimo da livre organização dos trabalhadores e buscar a negociação sobre os dias parados, após a vitória do PCS”, diz o diretor sindical Roberto Ponciano. “Atitudes como as que vem sendo tomadas pela Presidên-

cia do TRT são claramente contrárias à autonomia sindical porque interferem num movimento político justo e intimidam o servidor a fazer greve”, afirma Ponciano. O diretor do Sisejufe lembra, ainda, que outros presidentes de TRT’s não seguiram posturas parecidas com a de Aloysio Santos e, inclusive, a presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT’s (Coleprecor) se disse contrária ao corte de ponto e favorável à negociação com os grevistas.

Da Redação.

Representantes do Comando Nacional de Greve e do Sinjutra-PR levam à coordenação do Coleprecor reivindicações da categoria pelo direito de greve e revisão do PCS

Em reunião com a coordenação geral do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT’s (Coleprecor), representantes do Comando Nacional de Greve e do Sinjutra-PR solicitaram a intervenção dos membros do colégio junto às autoridades do Judiciário a fim de conter as medidas que visam cercear o direito de greve da categoria. Participaram da reunião, representando os servidores, Ana Luiza Figueiredo – coordenadora licenciada da Fenajufe e do Sintrajud-SP, representando o Comando Nacional de Greve; Carla Rovel – da coordenação do Sinjutra-PR; e Rosicler Bonato – do Comando Estadual de Greve no Paraná.

Os desembargadores Eneida de Araújo (coordenadora) e Aloysio Santos (vice-coordenador) foram os representantes do colégio de presidentes e corregedores na reunião. Eles são, respectivamente, os presidentes dos TRT’s da 6ª e da 1ª Região. Da parte administrativa participaram ainda Rosana Mendes (secretária-geral da Presidência do TRT-PR) e José Alberto Viana (secretário do Coleprecor).

A reunião, realizada dia 18 de junho, aconteceu na nova sede do TRT-PR em Curitiba, onde transcorreu o encontro do colegiado. Sabendo que os presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho estariam reunidos, o Comando Nacional de Greve elaborou um ofício solicitando a intervenção dos membros do Coleprecor em relação aos ataques sofridos pelos

servidores por meio de determinações judiciais e administrativas que, entre outros itens, estabelecem percentuais de serviços e cortes de ponto.

Servidores solicitam apoio à luta pelo PCS

A princípio, somente os ofícios seriam entregues, pois a reunião não havia sido agendada. Mas a coordenação do Sinjutra, em contato com a secretaria da Presidência do TRT da 9ª Região, conseguiu com que coordenador e vice-coordenador recebessem as servidoras ao final do encontro do Colegiado.

Ana Luiza manifestou aos presidentes dos regionais o pensamento unânime da categoria de que as decisões liminares e atos administrativos ferem o direito de greve, assegurado pela Constituição Federal. Ela solicitou que eles intervenham no sentido de conter as medidas arbitrárias, entre elas, o corte de ponto dos trabalhadores grevistas.

A desembargadora Eneida de Araújo disse que no regional em que preside (o de Pernambuco) não haverá desconto dos dias parados. Às servidoras, a presidente considerou que a melhor forma é a compensação por produtividade e colocou que, oportunamente, quando for procurada para negociar os dias parados, deliberará a partir dessa linha.

A representante do Comando Naci-

A desembargadora Eneida de Araújo disse que, em Pernambuco, não haverá desconto dos dias parados. Às servidoras, a presidente considerou que a melhor forma é a compensação por produtividade e colocou que, oportunamente, quando for procurada para negociar os dias parados, deliberará a partir dessa linha

onal de Greve também relatou aos desembargadores o andamento da greve nacional e sobre o ofício protocolado pelo STF solicitando uma reunião com o presidente Lula. Destacou a tramitação do PLP 549/2009 e as consequências que traria ao serviço público e à população. Avaliou que a greve está numa fase decisiva e criticou o desprestígio no Legislativo com o projeto do Judiciário. A dirigente sindical requereu ainda para que viessem para o fechamento do acordo que resulte na implementação do PCS.

Os coordenadores do Coleprecor se disseram sensíveis às reivindicações e se comprometeram a levar a discussão aos membros do Colegiado. A desembargadora informou que não poderia emitir documento formal, pois se tratava de decisão relativa a órgão superior, mas que defenderia a ideia em conversa informal com os membros do Colégio.

Na avaliação da representante da Fenajufe e do Sintrajud, houve sensibilidade por parte dos coordenadores do Coleprecor no sentido de entender como legítimo o movimento grevista

e por mostrar a compreensão aos direitos e às reivindicações da categoria. “O posicionamento a ser adotado pela desembargadora (compensação por produtividade) demonstra o respeito com a causa dos servidores e (espero) que ela interceda junto aos demais presidentes sobre o nosso direito de greve”, ressalta Ana Luiza.

A coordenadora do Sinjutra-PR Carla Rovel também considera positivo o resultado da reunião com os membros do Coleprecor. “Esperamos que levem o nosso questionamento adiante e que os servidores possam ter assegurado o direito de greve”, argumentou.

Da mesma forma avalia a servidora Rosicler Bonato, que durante a reunião ainda criticou a postura das autoridades do Judiciário, em especial quando se trata das peculiaridades da Justiça Trabalhista. “Resolvemos os conflitos nas relações de trabalhos dos outros e criam obstáculos que impossibilitam resolver os nossos”, apontou.

Fonte: Janaina de Castro, da Redação do Sinjutra-PR.

UM GOL CONTRA A GUERRA...





DIREITO

Fruto de um convênio acadêmico entre o **Instituto A Vez do Mestre** e a **Universidade Candido Mendes**, o **WDireito** é um programa de pós-graduação *lato sensu* a distância que oferece cursos de especialização para a formação moderna de advogados, bacharéis em Direito, servidores públicos e profissionais graduados que tenham interesse em garantir uma preparação aprofundada.

Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* a distância nas áreas de:

- **Administração Pública**
- **Licitações e Contratos**
- **Direito Privado**
- **Direito Público**
- **Linguística**

CONVÊNIO:

SISEJUFE
sisejufe.org.br

Descontos
especiais para os
filiados
e seus dependentes.

AVM
INSTITUTO
A Vez do Mestre


UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

(21) 3553-3051

www.wdireito.com.br

PROGRAMA PARCERIA FORD

Descontos que todo mundo quer, mas só quem é parceiro tem.

Você não precisa gastar seu tempo pesquisando preços de carro. Quem faz parte do Programa Parceria Ford conta sempre com as melhores ofertas em nossa linha de automóveis, pick ups e utilitários.

A **Ford** e o **SISEJUF** oferece a você sindicalizado grandes vantagens ao adquirir seu Ford 0Km:

- Descontos exclusivos;
- Faturamento direto de fábrica;
- Atendimento personalizado;
- Preço único em mais de 400 Distribuidores Ford no Brasil;
- Entrega do veículo com frete incluso em um Distribuidor Ford de sua preferência.



Novo Ford Fiesta - 2011

Entre em contato com a Central de Relacionamento Ford Empresas e aproveite os benefícios do Programa Parceria Ford.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO FORD EMPRESAS

11 4174 3900

11 4174 3929

gf@ford.com

Segunda a sexta em horário comercial.



VIVA O NOVO